



**RELATÓRIO DE  
SUSTENTABILIDADE**

**2010**

*O Relatório de Sustentabilidade de 2010 da Docapesca - Portos e Lotas S.A. cobre o desempenho económico, ambiental e social da empresa, no período compreendido entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2010, centra-se na sua principal actividade - primeira venda de pescado, e abrange a totalidade da empresa.*

*A sua definição de conteúdos destacou em especial os temas considerados relevantes para as suas partes interessadas e as estratégias e desafios do seu sector de actividade.*

*O relatório foi desenvolvido de acordo com a terceira geração de directrizes (G3) da Global Reporting Initiative (GRI), fazendo-se cumprir os requisitos exigidos para a obtenção do nível de aplicação C das directrizes GRI.*

*Para informação complementar encontram-se disponíveis os Relatório e Contas 2010 e Práticas de Bom Governo no sítio da internet da empresa ([www.docapesca.pt](http://www.docapesca.pt)).*





<b>1. PREÂMBULO</b> .....	4
1.1. INTRODUÇÃO.....	4
1.2. PERFIL, ÂMBITO E LIMITE DO RELATÓRIO.....	5
1.3. LIMITAÇÕES.....	7
<b>2. GOVERNAÇÃO, COMPROMISSOS E ENVOLVIMENTO</b> .....	8
2.1. MENSAGEM DA PRESIDENTE.....	8
2.2. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA.....	11
2.2.1 HISTÓRIA, CONSTITUIÇÃO E ACTUALIDADE.....	15
2.2.2 ESTRUTURA DE GESTÃO.....	21
2.3. MISSÃO, VISÃO E VALORES.....	25
2.4. RISCOS E OPORTUNIDADES.....	26
2.5 ENVOLVIMENTO COM AS PARTES INTERESSADAS.....	28
2.5.1 CLIENTES.....	32
2.5.2 COLABORADORES.....	32
2.5.3 CONCEDENTES.....	33
2.5.4 REPRESENTANTES.....	34
2.5.5 FORNECEDORES.....	34
2.5.6 DIRECÇÃO GERAL DAS PESCAS E DA AQUICULTURA.....	36
2.5.7 COMUNIDADE.....	37
2.6 DEFINIÇÃO DA RELEVÂNCIA DA INFORMAÇÃO A REPORTAR.....	38
<b>3. DESEMPENHO DE SUSTENTABILIDADE</b> .....	40
3.1. DESEMPENHO AMBIENTAL.....	41
3.2. DESEMPENHO ECONÓMICO.....	46
3.3. DESEMPENHO SOCIAL.....	49
<b>4. ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE</b> .....	59
<b>5. SUMÁRIO DO CONTEÚDO DA GRI</b> .....	62

# 1. PREÂMBULO

## 1.1 INTRODUÇÃO

Com a elaboração de Relatórios Sustentabilidade, a Docapesca pretende aumentar a perspectiva integrada da sua actividade, aliando, por um lado, o processo de decisão económico-financeiro a princípios de ética, responsabilidade social e boas práticas ambientais, e por outro, estabelecendo um maior envolvimento com as suas partes interessadas.

Não obstante, aliado ao tipo de actividade que desenvolve, e ao sector onde se encontra inserida, a empresa sempre teve uma forte preocupação de cariz social, sendo que as temáticas da sustentabilidade têm vindo a ser abordadas e incluídas na estratégia de gestão da empresa. Esta preocupação encontra-se bem patente em documentos como os Relatórios e Contas e Planos de Actividades dos últimos anos.

Ainda neste âmbito, destacamos que a Docapesca dispõe de um Código de Conduta, orientado por um conjunto de princípios e valores. Este documento tem como objectivo orientar a conduta pessoal e profissional de todos os seus colaboradores, independentemente do cargo ou da função que desempenhem, e regular o seu relacionamento com colegas de trabalho, clientes, fornecedores e representantes das comunidades com as quais a empresa interage. Para garantir a sua implementação e validação contínua, a Docapesca recorre à subscrição por todos os colaboradores de uma declaração de adesão ao Código de Conduta.

A elaboração do presente relatório constituiu um instrumento de trabalho que permitirá acompanhar a evolução do compromisso da empresa. O conhecimento consciente dos progressos da empresa e a identificação rigorosa das metas ainda por alcançar, transmitidos de uma forma clara e transparente, serão uma força motivadora e mobilizadora na prossecução dos nossos objectivos.

Neste processo, que encarado como contínuo e evolutivo, identificaram-se não só oportunidades como também riscos para os quais se tem de encontrar o equilíbrio, de modo a manter a base do desenvolvimento sustentável da empresa.

## 1.2 PERFIL, ÂMBITO E LIMITE DO RELATÓRIO

O presente relatório é referente à actividade desenvolvida pela Docapesca no decorrer do ano de 2010, sendo focados os conteúdos do presente documento na actividade principal da empresa – primeira venda de pescado em lota, definindo-se como anual o seu ciclo de publicação.

A análise efectuada recaiu sobre a totalidade da empresa, salvo nos casos em que se considerou pertinente que a mesma fosse mais detalhada.

Na garantia da qualidade das informações transmitidas e no respeito pelo limite do documento, definido pelo nível de influência exercido pela, e sobre a Docapesca, a determinação dos conteúdos a incluir no presente relatório foi alvo de uma selecção criteriosa, bem como, de uma cuidada aferição e análise.

Este esforço adicional permitiu a circunscrição da informação ao contexto de sustentabilidade e à relevância para o tema que o relatório se propõe avaliar.

Para a determinação prévia do conteúdo do relatório, atendeu-se às seguintes preocupações:

- Formular um documento coerente com outras comunicações da Empresa e/ou de outras entidades pertencentes, ou não, ao mesmo sector de actividade;
- Reconhecer não só as oportunidades, mas também as áreas de fragilidade, identificando as potenciais acções de melhoria;
- Fundamentar, explicitamente, as declarações, informações e resultados relativos aos objectivos atingidos;
- Efectuar uma avaliação progressiva dos objectivos de Sustentabilidade auto-propostos pela Empresa, independentemente do início da prática do reporte neste âmbito;
- Relatar os conteúdos de forma clara, acessível e inequívoca.

A preocupação na identificação das partes interessadas constituiu um factor preponderante na orientação da estratégia de Sustentabilidade da empresa e teve por base os princípios da Norma NP4469-1:2008 de Sistemas de Gestão da Responsabilidade Social.

As partes interessadas identificadas como significantes foram os Clientes, Colaboradores, Concedentes, Representantes, Fornecedores, Comunidade e Direcção Geral das Pesca e Aquicultura.

Os conteúdos a incluir no presente relatório tiveram em consideração os indicadores essenciais, sendo que a sua relevância foi aferida tendo por base os temas considerados materiais para as partes interessadas, os desafios e oportunidades para o sector de actividade onde a empresa se encontra inserida, bem como para a própria empresa.



## 1.3 LIMITAÇÕES

A elaboração do presente do relatório teve como principal limitação a dificuldade na obtenção de dados cujos conteúdos não se encontravam disponíveis e/ou validados.

Associado a este facto, nem sempre foi possível contemplar todos os indicadores essenciais constantes nas directrizes GRI, contudo, são focados todos os aspectos considerados relevantes quanto ao desempenho da empresa.

Assim, não foram comentados alguns temas específicos, quer por ausência de informação, quer por se considerar não serem aplicáveis ou relevantes incluir num primeiro Relatório de Sustentabilidade.



## 2. GOVERNAÇÃO, COMPROMISSOS E ENVOLVIMENTO

### 2.1 MENSAGEM DA PRESIDENTE



As estratégias, políticas e práticas da Docapesca – Portos e Lotas, S.A., são direccionadas para a criação de valor, não só para a Empresa, como para todos os parceiros do Sector.

Por essa razão a sustentabilidade é um compromisso que é transversal à actuação da Empresa e tem contribuído para a afirmação da sua identidade junto de todo o Sector da Pesca.

A concretização da grande meta definida pela Docapesca, a Valorização do Pescado, tem servido de princípio orientador a todas as iniciativas em curso e tem proporcionado a melhoria das condições em todas as áreas que estão definidas como seu objecto, modernizando processos, reorganizando com inovação, abrindo perspectivas para novas possibilidades de negócio em parceria, preferencialmente, com o Sector.

Embora defrontando algumas dificuldades, continuámos a implementar o projecto de reestruturação que norteia a nossa actividade, com base numa rigorosa contenção dos gastos operacionais, mantendo o objectivo de modernização da rede de lotas, o incremento e a flexibilização da nossa oferta de serviços, indo ao encontro do que são as expectativas dos parceiros seja na área da produção, seja na comercialização.

Continuaremos apostados no desenvolvimento sustentado das nossas actividades, na consistência financeira dos resultados positivos da empresa - o que mais uma vez se verificou este ano, no respeito por um conjunto de elevados critérios de ética e manifestando uma forte responsabilidade e adesão aos princípios de responsabilidade social da empresa.

Em termos de desenvolvimento sustentável, a política e prática da Docapesca tiveram em consideração os seguintes aspectos nas três áreas seguintes:

## ECONOMIA

- Melhoria dos serviços prestados aos Armadores/Pescadores e Comerciantes de Pescado: a harmonização dos procedimentos, com o objectivo de criar boas condições financeiras a Armadores e Pescadores nas vendas em lota, manteve o seu propósito.
- Redefinição da função financeira que, com o envolvimento dos sectores mais relevantes, permitiu prosseguir o princípio da manutenção de regras de controlo e redução de custos. Este processo foi acompanhado pela implementação de novas estratégias de intervenção, a aplicação de novos sistemas organizacionais, a redução de efectivos, a identificação dos investimentos necessários face ao objecto definido.
- Leilão Online: viu confirmada a sua implantação nas lotas de Matosinhos, Figueira da Foz, Sesimbra e Portimão, tendo-se promovido a sua divulgação junto dos compradores, mantendo-se o esforço das acções de captação de novos compradores e de diversificação do mercado.
- Comprovativo de Compra em Lota (CCL): projecto concebido pela Docapesca, cujo objectivo fundamental é a identificação do pescado transaccionado nas lotas de Portugal Continental junto do consumidor final e que conheceu bons desenvolvimentos, através da adesão de grandes compradores e de autarquias.
- Diálogo com o Sector: considerando os principais actores envolvidos no negócio da empresa - as Autarquias do litoral, as Administrações Portuárias, o IPTM, as Organizações de Produtores e Associações de Armadores, o sector da Comercialização e os seus representantes, os Sindicatos, etc.
- Registo estatístico de todo o pescado transaccionado: elemento fundamental para a definição das políticas nacionais e europeias, constitui uma ferramenta incontornável para a gestão da empresa e para os sectores da produção e comercialização.

## AMBIENTE

Manter a preocupação com a melhoria da qualidade do pescado que sai das lotas, contribuindo assim para a sua valorização através do reforço da segurança alimentar, é para nós um objectivo decisivo. A aplicação do HACCP em todas as lotas está concluída, seguindo-se a sua permanente monitorização.

A modernização dos equipamentos e dos procedimentos tiveram o seu ponto mais alto com o início de actividade das lotas de Albufeira e Quarteira, construídas de acordo com os mais avançados requisitos ambientais.

A aposta na implementação do Sistema de Gestão Ambiental permitirá um conhecimento mais aprofundado dos aspectos ambientais significativos decorrentes do normal funcionamento da sua actividade.

## SOCIEDADE

- Monitorizámos a satisfação dos trabalhadores em relação às condições de trabalho.
- A procura constante das melhores práticas levou-nos a continuar a investir na formação dos recursos humanos, tendo-se obtido bons resultados com este procedimento.

Continuar a apostar no futuro, fazer mais e melhor em termos de Sustentabilidade é um objectivo determinante. Contribuir para a dinamização e o desenvolvimento social, económico e sustentável, não só da empresa, como de todo o Sector das Pescas, é o nosso compromisso.

Presidente do Conselho de Administração

Maria Adelaide Torradinhas Rocha

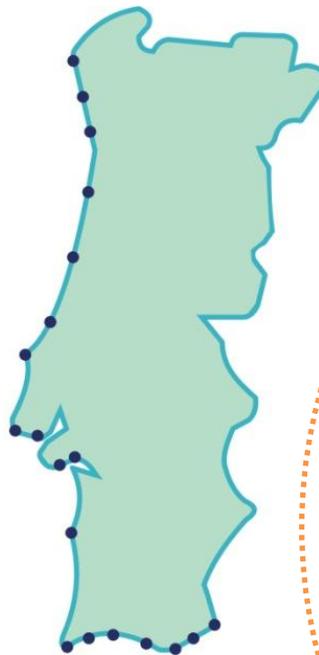
## 2.2 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

A Docapesca - Portos e Lotas S.A., é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, constituída pelo Decreto-Lei n.º 107/90, de 27 de Março, tendo a seu cargo no continente português, o serviço público da prestação de serviços de Primeira Venda de Pescado, bem como o apoio ao Sector da Pesca e respectivos portos.

Assume-se como a maior empresa europeia a actuar no Sector da Pesca, quer a nível geográfico, quer pela diversidade dos serviços prestados e, decorrendo das características da sua actividade, encontra-se presente ao longo de toda a zona Litoral do país.

### ACTIVIDADES E DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

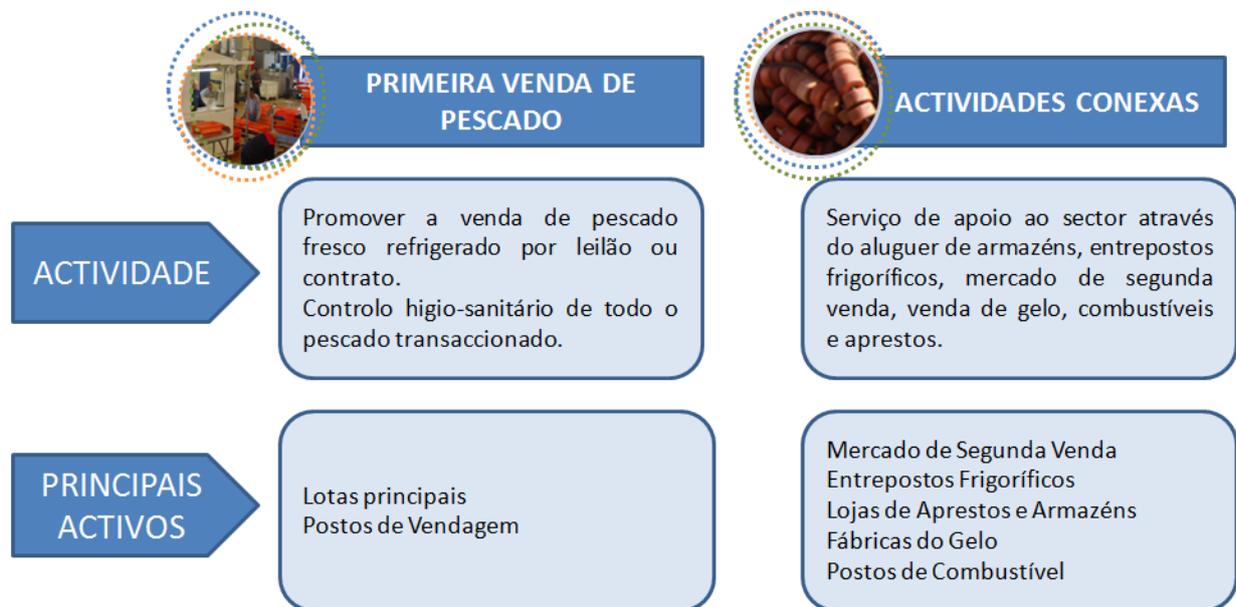
Norte						Viana do Castelo
						Póvoa de Varzim
Centro Norte						Matosinhos
						Aveiro
Centro						Figueira da Foz
						Nazaré
Centro Sul						Peniche
						Cascais
Sul						Lisboa
						Sesimbra
						Setúbal
						Sines
						Sagres
						Lagos
						Portimão
						Quarteira
						Olhão
						Tavira
						V.R. Sto. António



	1ª Venda de Pescado
	Mercado de 2ª Venda
	Entrepasto Frigorífico
	Fábrica de Gelo
	Outros Serviços

Para além dos serviços da Primeira Venda de Pescado, a Docapesca presta ainda um conjunto de serviços de apoio ao sector, passando pelo aluguer de armazéns e a venda de gelo e combustíveis a comerciantes e armadores e a exploração de entrepostos frigoríficos e mercado de 2ª venda. É, além disso, a entidade que detém e trata os dados relativos ao pescado transaccionado nas lotas do continente.

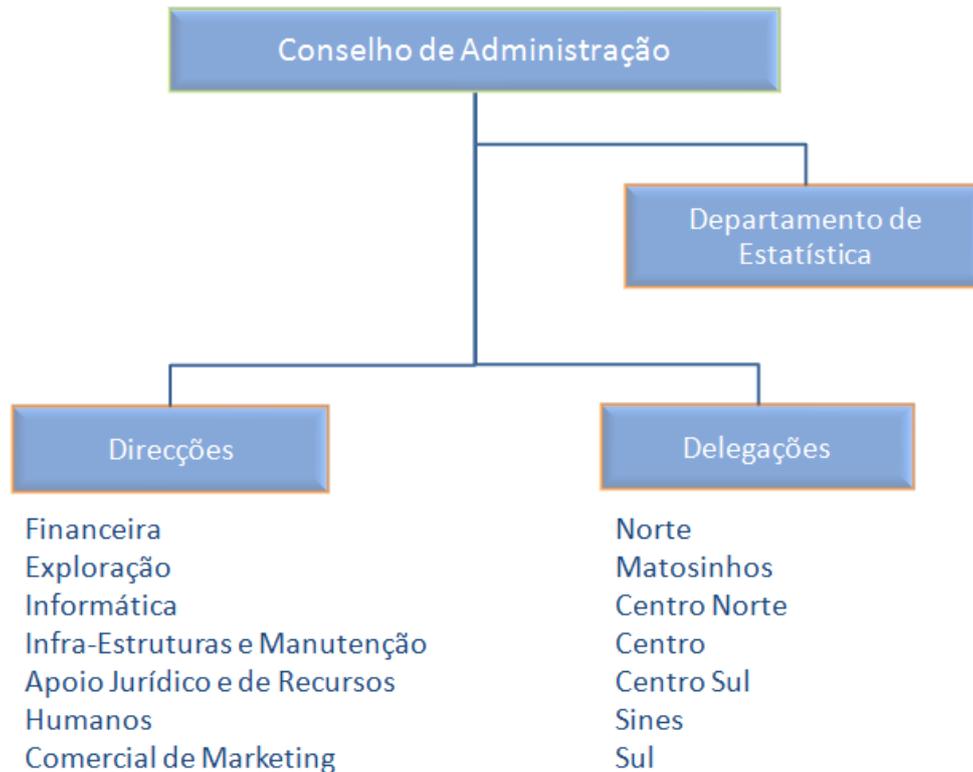
## ACTIVIDADES E PRINCIPAIS ACTIVOS



A estrutura organizacional da Docapesca, os seus princípios e comunicação são o reflexo da sua governação e estrutura.

A empresa a 31 de Dezembro de 2010 encontrava-se organizada pelo Conselho de Administração, do qual dependiam o Departamento de Estatística, as seis Direcções que constituem a Sede da empresa, e as sete Delegações que se encontram distribuídas ao longo do Litoral do país.

ORGANIGRAMA



Actuando directamente num sector de actividade primária, a Docapesca explora uma série de infra-estruturas das quais depende o regular funcionamento da sua actividade, sendo constituída por trabalhadores maioritariamente do sexo masculino, na faixa etária dos 50 anos de idade, distribuídos pelos estabelecimentos das sete Delegações e Sede da empresa.

No exercício de 2010, verificou-se um acréscimo de 9,6% da quantidade de pescado descarregado pelas embarcações para venda em lota, em comparação com o ano transacto. No entanto, este aumento foi parcialmente compensado pela redução do seu preço médio em 4,7%, traduzindo-se num aumento do valor do pescado transaccionado em 4,4%.

CARACTERIZAÇÃO

2009

2010

**TRABALHADORES**

487 trabalhadores, a maioria do sexo masculino, com uma média de idades de 50 anos e com habilitações literárias ao nível do 1.º Ciclo do Ensino Básico

474 trabalhadores, a maioria do sexo masculino, com uma média de idades de 50 anos e com habilitações literárias ao nível 1.º Ciclo do Ensino Básico

**ORGANIZAÇÃO**

8 Delegações

7 Delegações

**SERVIÇOS OFERECIDOS**

**Primeira Venda de Pescado:** 15 Lotas principais e 48 Postos de Vendagem

**Primeira Venda de Pescado:** 17 Lotas principais e 40 Postos de Vendagem

**Actividades Conexas:** 24 Fábricas do Gelo, 3 Entrepósitos Frigoríficos, 15 Lojas de Aprestos, 555 Armazéns, 6 Postos de Combustível

**Actividades Conexas:** 25 Fábricas do Gelo, 3 Entrepósitos Frigoríficos, 15 Lojas de Aprestos, 555 Armazéns, 6 Postos de Combustível

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

116.427 toneladas de pescado transaccionado

127.564 toneladas de pescado transaccionado

**PERFORMANCE ECONOMICO-FINANÇEIRA**

364.164,80€

493.468,52 €

## 2.2.1 História, Constituição e Actualidade

### DESTAQUE DOS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

**1982**

Fusão do Serviço de Lotas e Vendagem (SLV) com a Docapesca, tendo em vista a integração de Portugal na CEE

**1989**

Implementado o sistema de leilão venda de pescado electrónico e computadorizado na primeira de pescado

**1990**

Constituição da Docapesca, sociedade anónima de capitais do estado, pelo Decreto-Lei N.º 107/90 de 27 de Março

**1991**

Entrada em funcionamento o mercado de 2.ª venda de pescado em Matosinhos

**2003**

Encerramento dos serviços de 1.ª e 2.ª Venda de pescado da Delegação de Lisboa e transferida a Sede da empresa de Pedrouços para Alcântara



**2007**

Iniciou-se a implementação de Boas Práticas de higiene nas lotas, fábricas de gelo e entrepostos frigoríficos, de acordo com os princípios do HACCP.

**2008**

Lançamento do Comprovativo de Compra em Lota (CCL).

**2009**

Lançamento do Leilão On-line e mudança das instalações da Sede para Pedrouços.

**2010**

Entregue à concessão o Entreposto de Matosinhos e suspensa a actividade do Entreposto de Peniche.



A Docapesca conta já com mais de 50 anos de existência e com um longo percurso no sector das pescas.

Neste longo percurso foram muitas as mutações que a empresa sofreu, tanto para acompanhar as necessidades e as alterações do sector, como para se tornar mais eficiente, perseguindo sempre o caminho da modernização e da prestação de um serviço de primeira venda de pescado de excelência.

Para que se entenda a missão, valores e a própria identidade da empresa apresenta-se, seguidamente, uma viagem cronológica aos principais marcos da sua história.

#### **Ano de 1956**

Publicado o Decreto-Lei n.º 40.764, o qual determinou que a concessão da exploração da Doca de Pesca de Pedrouços deveria ser feita por uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, cujo capital, na sua maioria, seria subscrito pela Câmara Municipal de Lisboa, pelos Grémios dos Armadores da Pesca de Arrasto e da Pesca da Sardinha e pela Junta Central das Casas dos Pescadores.

#### **Ano de 1959**

Foi constituída, por escritura pública, celebrada em 10 de Janeiro, a Docapesca – Sociedade Concessionária da Doca de Pesca, SARL.

#### **Ano de 1961**

Formalizado o contrato de concessão da exploração da Doca de Pesca de Pedrouços, de quem foram outorgantes a Administração Geral do Porto de Lisboa e a Docapesca.

#### **Ano de 1966**

Iniciada oficialmente pela Docapesca a exploração do Porto de Pesca de Lisboa. Nesta mesma data começou a vigorar o prazo de concessão – 25 anos – previsto no respectivo contrato.

#### **Ano de 1974**

O Serviço de Lotas e Vendagem (SLV) é um serviço oriundo dos ex-Grémios dos Armadores da Pesca de Arrasto (Decreto n.º 29.755 de 17/07/1939) e da Sardinha (Decreto n.º 31.848 de 14/01/1942) e da Junta Central da Casa dos Pescadores (Decreto n.º 48.507 de 30/07/1968),

organismos corporativos que foram extintos pelo D.L. 240/74, de 5 de Junho e Decreto n.º 552/74, de 24 de Outubro.

#### Ano de 1976

Na sequência das modificações operadas em Abril de 1974, foram as posições sociais, não pertencentes directa ou indirectamente ao Estado no capital da Docapesca, nacionalizadas, passando a Empresa a ser tutelada pela Secretaria de Estado das Pescas.

Foi atribuída à Docapesca a responsabilidade de construir dois Entrepostos Frigoríficos, um em Peniche e outro em Matosinhos.

#### Ano de 1982

Foi publicada a Resolução de Conselho de Ministros n.º 189/82, de 14/10, que determinou que a Comissão de Gestão da Docapesca asseguraria também a gestão do Serviço de Lotas e Vendagem (SLV), tendo sido então incumbida de sanear economicamente e financeiramente a Docapesca, dotar o SLV de estatuto adequado e reestruturar as duas entidades, tendo em vista a integração de Portugal na CEE.

#### Ano de 1986

Pelo decreto-lei nº 197/86 de 19 de Julho, foi a Administração Geral do Porto de Lisboa (AGPL) autorizada a celebrar novo contrato de concessão com a Docapesca. Da assinatura deste novo contrato resultou a diminuição do valor da anuidade a pagar àquela Administração Geral (de 2,5% para 0,8% do produto da venda do pescado) e a transferência para a Docapesca de algumas obrigações que competiam àquela entidade (conservação e reparação de obras e instalações de carácter permanente bem como a manutenção das necessárias profundidades de água).

#### Ano de 1989

Em Maio, a venda do pescado em lota, passou a ser feita por sistema electrónico e computadorizado.

#### Ano de 1990

Pelo decreto-lei n.º 107/90 de 27 de Março, foi constituída uma Sociedade Anónima de capitais maioritariamente do Estado denominada Docapesca – Portos e Lotas, S.A., por integração do SLV com a Docapesca – Sociedade Concessionária da Doca de Pesca SARL.

#### **Ano de 1991**

Entrou em funcionamento a 2ª venda de pescado (revenda de pescado fresco e congelado) em Matosinhos.

#### **Ano de 1996**

O Estado, em Assembleia Geral, redefiniu o objecto social, e inscreveu no art.º 3º do estatuto da Empresa que esta deve salvaguardar o fim da prossecução de uma estratégia de economia social e de regulação do mercado.

#### **Ano de 2003**

São encerrados os serviços de 1ª e 2ª venda de pescado da Delegação de Lisboa, e transferida a Sede da Docapesca, de Pedrouços para Alcântara no Edifício Vasco da Gama.

#### **Ano de 2005**

Pelo Decreto-Lei nº.81/2005, foi actualizado o regime da 1ª venda de pescado fresco que vigorou durante 17 anos, desde Agosto de 1987. Neste se estabelece que permanecem actuais os pressupostos que estão na base do regime da 1ª venda em lota, pelo sistema de leilão, a manter e preservar como mecanismo regulador de preços neste sector, pela concentração da oferta e da procura, pela transparência na formação de preços e pelo controlo higio-sanitário do pescado.

#### **Ano de 2007**

Na qualidade de empresa do Sector Alimentar, iniciou a implementação de Boas Práticas nas lotas, fábricas de gelo e entrepostos frigoríficos como forma de garantir a aplicação das regras de higiene e segurança alimentar, baseados nos princípios do HACCP (Hazard Analysis Critical Control Points, ou seja, Análise dos Perigos e Pontos Críticos de Controlo), de acordo com as exigências legais em vigor. Como se trata de uma questão de Saúde Pública, a Segurança Alimentar é transversal a toda a empresa, porque envolve muitas especialidades – a concepção das infra-estruturas e equipamentos, a higiene e segurança (de instalações, de equipamentos e de pessoal), a formação profissional e o processo operacional das lotas.

#### **Ano de 2008**

Lançamento do Certificado de Compra em Lota (CCL), que tem como objectivo fundamental, a identificação e valorização do pescado transaccionado nas lotas do continente português,

junto do consumidor final, em que a identificação será feita através de um conjunto de suportes físicos que vão desde a Etiqueta CCL, a materiais promocionais e folhetos informativos, de forma a dotar o consumidor final de informação útil, sobre o pescado que pretende consumir.

### **Ano de 2009**

Lançado o Leilão On-line, que permite aos compradores efectuar as suas compras a partir de qualquer local e em várias lotas em simultâneo, aumentado assim a oferta através do acesso a mais pescado, podendo reduzir os custos de todo o processo de compra.

Os serviços centrais da Docapesca regressam ao seu edifício em Pedrouços na Avenida de Brasília.

### **Ano de 2010**

Foi determinado pelo Governo que a empresa desocupasse as instalações da sua Sede sitas no ex-Porto de Pesca de Pedrouços.

Entregue à concessão o Entreposto Frigorífico de Matosinhos e suspensa a actividade do Entreposto Frigorífico de Peniche.



### 2.2.2 Estrutura de Gestão

A Docapesca é uma empresa do sector empresarial do Estado, tutelada pelo Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que nos termos do Decreto-Lei n.º 107/90 de 27 de Março, tem a seu cargo no continente português, o serviço público da prestação de serviços de Primeira Venda de Pescado, bem como o apoio ao sector da Pesca e respectivos portos.

Pelas suas características, a Docapesca está territorialmente dispersa por Portugal Continental, estando sediada em Lisboa. A Docapesca é composta por sete Delegações: Norte, Matosinhos, Centro Norte, Centro, Centro Sul, Sines e Sul.

O modelo de governo da empresa tem como enquadramento os Estatutos da empresa, aprovados por Decreto-Lei n.º 107/90 de 20 de Março e alterações subsequentes publicadas no Diário da República, III Série, de 8 Março de 2000, o Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, e os Princípios de Bom Governo das empresas do Estado, estabelecido pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março.

Os órgãos sociais estão ajustados à dimensão e à complexidade da empresa, tendo em vista a necessidade de assegurar eficácia no processo de tomada de decisões e de garantir uma efectiva capacidade de supervisão, e incluem:

- Assembleia Geral
- Conselho de Administração
- Fiscal Único
- Comissão de Fixação de Remunerações

A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e uma Secretária, conforme estipulado nos estatutos da Sociedade. Todos os membros são eleitos por um período de 3 anos, em Assembleia Geral.

O Conselho de Administração é composto pelo Presidente e pelos Vogais, podendo ser constituído por 3 ou 5 membros, todos eleitos em Assembleia Geral.

A Presidente do Conselho de Administração não é directora executiva da empresa.

Ao Conselho de Administração compete deliberar sobre qualquer assunto da administração da sociedade, reunindo pelo menos uma vez por mês.

No ano de 2010, o Conselho de Administração reuniu vinte e seis vezes.

A empresa recebe orientações e recomendações do accionista (estado) através de vários canais de comunicação, de entre os quais os ofícios, que podem ser por carta ou email, despachos ministeriais, e através de reuniões realizadas entre o Conselho de Administração e a Assembleia Geral.

Nos termos legais, a fiscalização da actividade social é assegurada pelo Fiscal Único.

Os Órgãos Sociais foram eleitos para o triénio 2008-2010, em Assembleia-Geral, realizada a 29 de Abril de 2008.

## MODELO DE GOVERNO DA SOCIEDADE

### ÓRGÃOS SOCIAIS

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*Presidente:* Maria Adelaide Torradinhas Rocha

*Vogal:* João Manuel de Sousa Santos Reis

*Vogal:* João Francisco Ferreira da Fonseca

#### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

*Presidente:* Maria Fernanda Joanaz Silva Martins

*Vice-Presidente:* Maria Cristina Marques Rosa Magina

*Secretária da Sociedade:* Ana Beatriz A. Dias Antunes Freitas

#### REVISOR OFICIAL DE CONTAS

*Efectivo:* João Amaro Santos Cipriano, em representação da Abreu & Cipriano, Auditores, SROC

*Suplente:* Carlos Alberto Antunes Abreu

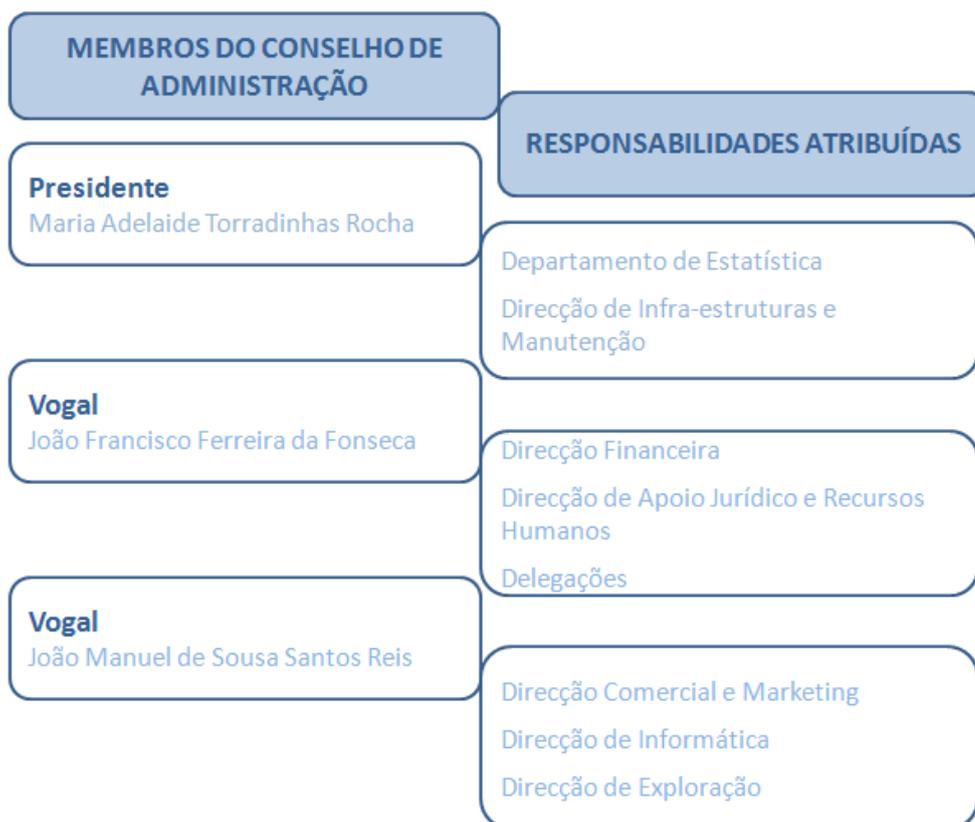
#### COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES

*Presidente:* Filomena Maria A. Vieira Martinho Bacelar

*Vogal:* Sara Alexandre Duarte Ambrósio

*Vogal:* Cristina Maria Pereira Freire

## CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E ATRIBUIÇÕES:



No que concerne à actividade principal da empresa, a primeira venda do pescado obedece ao estipulado no Regulamento Geral de Funcionamento das Lotas - Portaria n.º 9/89, de 4 de Janeiro, e encontra-se sujeita a tarifas fixadas pelo Governo, através das Portarias n.º 251/2008, de 4 de Abril e n.º 495/2008 de 23 de Junho.

Para além da actividade principal, a empresa desenvolve outras actividades comerciais relacionadas com a actividade da pesca e da comercialização de pescado, nomeadamente:

- Venda de mercadorias;
- Venda de combustível;
- Venda de gelo;
- Concessão de licenças de ocupação de armazéns;
- Mercado de 2.ª Venda de pescado;
- Entrepósitos frigoríficos.

A 31 de Dezembro de 2010 a empresa contava com um total de 474 trabalhadores, distribuídos pela estrutura da empresa, sendo que, na data referida, se verificou uma redução líquida no quadro de pessoal de 13 trabalhadores, face ao ano anterior.

Cada uma das Delegações pode agregar uma ou mais lotas e um ou mais postos de vendagem, sendo que no total as Delegações abrangem 20 lotas principais e 33 postos de vendagem em pequenas comunidades piscatórias.

Na sede da empresa desenvolvem-se os serviços que são comuns a toda a organização, como sejam os serviços financeiros, de gestão de infra-estruturas, exploração, estatística, informática, recursos humanos e comerciais.

Com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010, ocorreram duas alterações na estrutura organizacional: junção de uma Direcção com um Gabinete, dando origem à Direcção de Apoio Jurídico e Recursos Humanos, e a extinção da ex-Delegação de Lisboa.

No ano em análise ocorreu ainda a extinção de duas Delegações, Figueira da Foz e Aveiro, dando origem à Delegação Centro Norte.

A Docapesca não recebeu qualquer prémio no decurso do ano de 2010.



## 2.2 MISSÃO, VISÃO E VALORES

A Docapesca tem por missão a criação de condições de produção e comerciais adequadas à prestação eficiente do serviço da Primeira Venda do Pescado e de actividades conexas, tendo em conta as exigências e necessidades dos seus clientes, em particular, e da sociedade em geral.

*Ser a âncora no Sector da Pesca em Portugal* é a Visão perseguida pela Docapesca, traduzindo-se na exploração de novos caminhos e competências que garantam a criação de valor para a empresa, parceiros e sociedade e contribuindo, de forma determinante, para a sua inovação, crescimento e garantia da excelência do pescado, alicerçada numa cadeia de valor que se pretende em expansão.

A actividade da empresa encontra-se centrada na **Inovação e Cooperação**, através da implementação de novos métodos e processos e da exploração de novos negócios e competências, sempre em estrita ligação com as comunidades de Armadores/Pescadores e de Comerciantes, inspirando **Confiança e Seriedade**, por conduta exemplar, no trabalho em equipa, nas relações contratuais e negociais e de parceria que estabelece.

## 2.3 RISCOS E OPORTUNIDADES

O grande desafio da Docapesca, em matéria de Sustentabilidade, numa perspectiva presente e futura, é continuar a ser a âncora no seu sector de actividade, através da excelência na prestação do serviço de primeira venda de pescado e actividades conexas, valorizando o pescado transaccionado no continente.

A empresa pretende, de forma contínua, proporcionar as condições adequadas para a comercialização do pescado, explorando novos caminhos e competências que garantam a criação de valor para a empresa, parceiros e sociedade.

Nos seus mais de 50 anos de existência, a Docapesca estabeleceu e acompanhou sempre o sector, tanto ao nível das suas infra-estruturas como na procura de novas tecnologias.

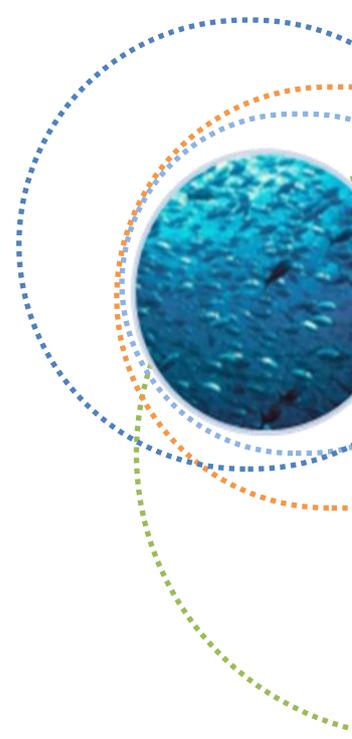
Sendo uma empresa do sector alimentar, acompanhou as evoluções e as exigências legais impostas nesta área, nomeadamente, com a implementação de boas práticas de acordo com o HACCP, criando sempre condições para a valorização do pescado em lota.

A empresa tem igualmente investido na inovação e afirmação da sua imagem, tanto junto do consumidor final, como junto das entidades do sector, numa aposta de reconhecimento da valorização do pescado quando transaccionado em lota e envolvimento com a comunidade através de iniciativas, como é exemplo o Comprovativo de Compra em Lota (CCL).



Por outro lado, pelo facto da empresa proporcionar a transacção do pescado, tem o controlo sobre a interdição da venda de espécies que atingem os Totais Admissíveis de Capturas (TAC) e as quotas de pesca, que são determinadas anualmente pela União Europeia, contribuindo de forma directa na protecção dos recursos naturais e na preservação das espécies.

Para além destes aspectos, a empresa tem uma marcada acção social no sector, não só pela relação próxima e pelos laços que tem com a comunidade de pescadores e comerciantes, mas também pelo facto de desenvolver uma série de acções, de entre as quais se salienta o apoio financeiro aos armadores e o apoio e efectivação de descontos fiscais.



## 2.5 ENVOLVIMENTO COM AS PARTES INTERESSADAS

Na identificação das partes interessadas, também designadas por *stakeholders*, e atribuição da sua significância foram seguidas as linhas orientadoras da Norma NP 4469-1:2008.

Para a presente identificação tomaram-se as designações constantes na referida Norma, nomeadamente:

**Vínculo** – As partes interessadas para com as quais a organização tem ou poderá vir a ter no futuro, operações legais, financeiras ou operacionais na forma de regulamentos, contratos, políticas ou códigos de conduta.

**Influência** – As partes interessadas que influenciem ou possam vir a influenciar a capacidade da organização atingir os seus objectivos, independentemente da sua acção ser no sentido de facilitar ou dificultar o seu desempenho.

**Proximidade** – As partes interessadas com as quais a organização interage mais incluindo partes interessadas internas e partes interessadas com relação de longa data, as partes interessadas das quais a organização depende nas operações do quotidiano e as partes interessadas que vivem na vizinhança das instalações da organização.

**Dependência** – As partes interessadas que estão directa ou indirectamente dependentes das actividades e produtos de uma organização em termos económicos ou financeiros, ou em termos de infra-estrutura regional ou local, e de satisfação de necessidades básicas. Deve atender-se ao grau de dependência das partes interessadas, sendo de considerar as partes interessadas que mais dependem da organização.

**Representação** – As partes interessadas que, através de disposições legais, estatutos, costumes ou cultura, podem legitimamente reclamar e representar outros indivíduos. Estão aqui incluídos os representantes das partes interessadas sem voz.

Após efectuada a identificação de todas as partes interessadas, determinaram-se as mais significativas, tendo por base os seguintes pressupostos:

- Determinação das partes interessadas que são, ou possam vir a ser, mais afectadas pela actividade e produtos da Docapesca;
- Determinação das partes interessadas que mais afectam, ou possam vir a afectar, as actividades e produtos da Docapesca.

O reconhecimento das partes interessadas envolveu toda a estrutura da empresa, uma vez que, ainda que de uma forma implícita, todos os órgãos funcionais contactam, cada um a seu nível e interesse específico, com distintos intervenientes externos.

A análise efectuada encontra-se reflectida na tabela seguinte, onde se estão representadas todas as partes interessadas, a sua relação com a Docapesca e a forma com é efectuada a comunicação.

Foram identificadas como partes interessadas mais significativas os Clientes, Colaboradores, Concedentes, Representantes, Fornecedores, Direcção Geral das Pescas e Aquicultura e Comunidade, encontrando-se a sombreado na tabela seguinte.

Posteriormente, as partes interessadas mais significativas serão alvo de uma análise mais aprofundada.



## ENVOLVIMENTO E COMUNICAÇÃO COM AS PARTES INTERESSADAS

ENVOLVIMENTO COM AS PARTES INTERESSADAS			
	ENTIDADES	RELAÇÃO COM A DOCAPESCA	COMUNICAÇÃO
TUTELA	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS	Define as directrizes e orientações a serem seguidas, acompanhando regularmente as actividades da empresa.	Relatório e Contas; Princípios de Bom Governo; Relatórios regulares de informação; Acesso a informação diversa; Respostas a solicitações; Realização de reuniões.
	MINISTÉRIO DAS FINANÇAS		
ACCIONISTA	DIRECÇÃO GERAL DO TESOURO E FINANÇAS	Accionista único, recebendo os respectivos dividendos.	Assembleias-gerais ordinárias e extraordinárias; Orientações e recomendações; Relatório e Contas; Princípios de Bom Governo; Acesso a informação diversa; Resposta a solicitações.
	CLIENTES	Os principais clientes são compostos por armadores, proprietários de embarcações de pesca, organização de produtores, indústria conserveira, grandes superfícies e comerciantes de pescado.	Estudo Diagnóstico "Satisfação dos Clientes"; Tratamento de reclamações; Realização de reuniões; Informação aos clientes através de diversos canais (website, email, balcões de atendimento); <i>Newsletter</i> de periodicidade trimestral.
	COLABORADORES	Mantém vínculo contratual de trabalho (sem termo, a termo certo e a termo incerto) com a empresa.	Inquéritos Diagnóstico de satisfação dos colaboradores relativamente ao funcionamento interno da empresa e clima organizacional; Organização de actividades em épocas festivas; Boletim semanal de informação interna.
	FORNECEDORES	Prestam serviços ou fornecem materiais à empresa.	Realização de reuniões; Resposta a pedidos de informação; Utilização de diversos canais de comunicação (website, email, contactos telefónicos); <i>Newsletter</i> de periodicidade trimestral.
	CONCEDENTE	Concedem à exploração, através de Contratos de Concessão e Exploração, as infra-estruturas da empresa.	Realização de reuniões; Utilização de diversos canais de comunicação (website, email, contactos telefónicos).
	REPRESENTANTES	Concessionam e exploram Lotas e Postos de Vendagem em representação da empresa, através do estabelecimento de contactos de representação.	Realização de reuniões; Utilização de diversos canais de comunicação (website, email, contactos telefónicos).
	ASSOCIAÇÕES E MÚTUAS DOS PESCADORES	Apoiam as comunidades piscatórias no sentido da melhoria das condições da actividade.	Realização de reuniões; Utilização de diversos canais de comunicação (website, email, contactos telefónicos).

## ENVOLVIMENTO E COMUNICAÇÃO COM AS PARTES INTERESSADAS

ENVOLVIMENTO COM AS PARTES INTERESSADAS			
	ENTIDADES	RELAÇÃO COM A DOCAPESCA	COMUNICAÇÃO
REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	DGV	Executam a inspeção sanitária de produtos da pesca em lota e controlam as condições higio-sanitárias das embarcações de produção primária e dos estabelecimentos industriais.	Contacto directo, através da presença assídua nos estabelecimentos da Lota; Realização de reuniões; Utilização de diversos canais de comunicação (website, email, contactos telefónicos).
	CAPITANIAS MARÍTIMAS	Asseguram o cumprimento das leis e regulamentos marítimo-portuários, sobretudo no que diz respeito à segurança da navegação.	Utilização de diversos canais de comunicação (website, email, contactos telefónicos).
	ACT	Promove a melhoria das condições do trabalho, através do controlo de normas em matéria laboral.	Resposta a solicitações através de diversos canais de comunicação (email, carta, contactos telefónicos).
	IGA	Fiscaliza o cumprimento de normas, legais e regulamentos em matéria de incidência ambiental.	Resposta a solicitações através de diversos canais de comunicação (email, carta, contactos telefónicos).
SECTOR DAS PESCAS	DGPA	Desenvolve e aplica políticas nacionais e europeias no âmbito das pescas e aquicultura.	Realização de reuniões; Utilização de diversos canais de comunicação (website, email, contactos telefónicos).
	IPIMAR	Desenvolve actividades de investigação, suporta a definição de políticas, preservação dos recursos e disseminação do conhecimento pelos agentes económicos e actores sociais na área das Pescas do Mar.	Utilização de diversos canais de comunicação (website, email, contactos telefónicos).
	FOR-MAR	Promove Formação Profissional na área das Pescas e do Mar.	Utilização de canais de comunicação como o website e email.
	ENTIDADES LOCAIS/REGIONAIS	Câmara Municipais e Juntas de Freguesia das regiões piscatórias.	Realização de reuniões; Utilização de diversos canais de comunicação (website, email, contactos telefónicos).
	COMUNIDADE	Populações abrangidas pelos impactos positivos e negativos da actividade da empresa, associações ambientais e outras, grupos de pressão, sindicatos, comunicação social, entidades de segurança pública e do espaço marítimo, visitantes.	Utilização de diversos canais de comunicação (website, email, contactos telefónicos).
	SINDICATOS	Zelam pelas condições de trabalho e direitos dos trabalhadores.	Realização de reuniões com o Conselho de Administração.

### 2.5.1 CLIENTES

A Docapesca possui um vasto conjunto de clientes. Dentro deste conjunto conseguimos identificar, de acordo com as respectivas características, vários grupos, a saber:

- Armadores;
- Compradores em geral;
- Organizações de Produtores;
- Indústrias Conserveiras;
- Grandes Compradores.

O enquadramento dos clientes nestas categorias resulta da tipificação efectuada. Não obstante, um cliente pode pertencer a mais do que uma destas categorias.

Na sua relação com os clientes, a Docapesca privilegia o contacto directo para a resolução de quaisquer questões que possam surgir, de forma a ir ao encontro das suas necessidades. A empresa tem sempre presente que este grupo é uma das partes interessadas, se não a parte interessada, mais importante.

### 2.5.2 COLABORADORES

A estrutura de colaboradores da empresa é composta por trabalhadores efectivos, trabalhadores com contrato a termo certo e termo incerto.

Em 31 de Dezembro de 2010, o número de trabalhadores era de 474, dos quais 471 efectivos. No decorrer do ano, nomeadamente, nos picos de actividade das lotas, nos meses de Maio a Outubro, admitiram-se alguns trabalhadores com contratos a termo para colmatar ausências em período de gozo de férias e ausências por baixas médicas.

Para além destes contratos, a empresa recorre ainda, frequentemente, a prestação de serviços de empresas de utilização de mão-de-obra temporária. Em todas as contratações realizadas não se verificam discriminações quer de género quer no tratamento dos trabalhadores em geral.

### 2.5.3 CONCEDENTES

São entidades concedentes da Docapesca, entidades que cedem a exploração das infra-estruturas e espaços ocupados pela empresa, as Administrações Portuárias do Porto do Douro e de Leixões (APDL), Administração do Porto de Aveiro (APA), Administração do Porto de Sesimbra e Setúbal (APSS), Administração do Porto de Sines (APS) e Instituto Portuário dos Transportes Marítimos (IPTM).

Estas entidades têm por missão regular, fiscalizar e exercer funções de coordenação e planeamento do sector marítimo-portuário, e supervisionar e regulamentar as actividades desenvolvidas neste sector.

Têm como uma das suas principais atribuições administrar e desenvolver os portos e áreas do domínio público marítimo, na sua área de jurisdição, garantindo a necessária eficiência na utilização de espaços, tanto em área molhada como em terra.

A Docapesca encontra-se vinculada aos seus concedentes através de contratos de concessão e exploração das infra-estruturas e de áreas necessárias ao desenvolvimento da sua actividade, implicando este vínculo uma relação de proximidade e de longa duração com estas entidades.



#### 2.5.4 REPRESENTANTES

A presença da Docapesca em toda a zona costeira é assegurada não apenas através de estabelecimentos operados directamente pela empresa, mas também através da sub concessão de lotas ou postos de vendagens a representantes que operam em nome da Docapesca.

Estes representantes são cuidadosamente escolhidos, uma vez que, a sua actuação condiciona a imagem da empresa, particularmente na comunidade local.

Podemos considerar que os principais representantes são aqueles que operam em lotas ou postos de vendagem com maior movimento – Costa da Caparica, Trafaria e Torreira. Os representantes substituem-se à empresa, mas operam sempre em seu nome, realizando a 1.ª venda de pescado e serviços conexos nas respectivas lotas ou postos de vendagem, recebendo como forma de pagamento uma percentagem do valor das taxas cobrada, percentagem essa que varia consoante os contratos.

#### 2.5.5 FORNECEDORES

A Docapesca possui um conjunto alargado de fornecedores e uma tipologia de serviços prestados bastante variada, sendo que os principais são:

- Manutenção de equipamentos e instalações de frio;
- Manutenção de equipamentos como empilhadores, tapetes de venda, ar condicionado, entre outros;
- Manutenção dos equipamentos de combate a incêndios;
- Manutenção do sistema e equipamentos informáticos;
- Manutenção e conservação das infra-estruturas;
- Serviço de Higiene e Limpeza dos estabelecimentos;

- Serviços de Consultoria na área da Qualidade e Higiene e Segurança Alimentar e em Higiene e Segurança no Trabalho;
- Serviços de Medicina no Trabalho;
- Análises laboratoriais à qualidade das águas;
- Vigilância e Segurança;
- Telecomunicações;
- Publicidade e Marketing, nomeadamente a participação em eventos e feiras ligados à actividade;
- Formação Profissional.

Os produtos fornecidos à Empresa prendem-se, fundamentalmente, com caixas de pescado, necessárias ao acondicionamento do mesmo para a primeira venda, com a substituição de algumas máquinas e equipamentos, como empilhadores, tapetes de venda, material informático, fardamento dos trabalhadores, produtos de higiene e limpeza e consumo de material administrativo.

A selecção de fornecedores é efectuada de acordo com requisitos específicos de cada área técnica e tendo em conta a proposta economicamente mais vantajosa. Encontra-se em fase de implementação uma área de Compras centralizada, que facilitará e agilizará a implementação de procedimentos, a uniformização e a introdução progressiva de critérios de ordem ambiental e social nas aquisições a efectuar.

No decurso de 2009 as aquisições passaram a cumprir o regulamentado no Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, que regulamenta a contratação pública.

## 2.5.6 DIRECÇÃO GERAL DAS PESCAS E AQUICULTURA

A Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura (DGPA) é um serviço central do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP) que está investido das funções de Autoridade Nacional da Pesca, de acordo com o definido no Decreto-Lei n.º 209/2006, de 27 de Outubro.

A missão da DGPA passa, fundamentalmente, pela execução das políticas de pesca, da aquicultura, da indústria transformadora e de outras com elas conexas, bem como, a coordenação, programação e execução, em articulação com os demais serviços, organismos e entidades, da fiscalização e controlo da pesca marítima, da aquicultura e das actividades conexas, no âmbito da política de gestão e conservação de recursos, e com a certificação profissional do sector das pescas.

Sendo Docapesca e a DGPA entidades do mesmo sector de actividade, a relação existente é uma relação de longa duração e proximidade.

Uma das atribuições da Docapesca é o tratamento estatístico dos dados relacionados com o pescado transaccionado no continente português, bem como dos dados relativos às artes de pesca e espécies capturadas, trabalhando em estrita cooperação com a DGPA no sentido da execução da Política das Pesca.

Exemplo disso, são o cumprimento dos Totais Admissíveis de Captura e quotas estabelecidos anualmente pelos Estados-Membros.



## 2.5.7 COMUNIDADE

A Docapesca, para o desenvolvimento da sua actividade, dispõe de uma extensa rede de infra-estruturas de Lotas e Postos de Vendagem ao longo de toda a costa marítima portuguesa, estabelecendo um estrito relacionamento com a comunidade, em especial com as comunidades piscatórias e com aquelas que operam no mesmo sector e que se situam geograficamente próximas.

A Docapesca tem incidido o seu esforço no desenvolvimento de boas condições higio-sanitárias nas suas infra-estruturas, tanto pela abertura de novas lotas como pela remodelação e modernização das mais antigas. Ao longo dos anos, tem dado um importante contributo para o desenvolvimento das zonas envolventes, nomeadamente, para as comunidades piscatórias e todos os operadores comerciais envolvidos nesta área de negócio.

A maioria dos Portos de Pesca encontram-se dotados de Portos de Abrigo, destinados à permanência de embarcações de pesca, proporcionando-lhes condições de segurança e protecção das embarcações.

A Docapesca promove, ainda, vendas e prestação de serviços complementares remunerados, como fornecimento de energia às embarcações, água potável, gelo, aprestos de pesca, licenças de ocupação de armazéns para armadores e comerciantes e um mercado de segunda venda (Lota de Matosinhos), contribuindo deste modo para a agilização do processo da actividade piscatória a montante e a jusante.

## 2.6 DEFINIÇÃO DA RELEVÂNCIA DA INFORMAÇÃO A REPORTAR

A escolha dos temas a reportar no presente relatório recaiu sobre cinco questões consideradas fundamentais para a Docapesca no âmbito da sustentabilidade:

- Desafios para o sector;
- Oportunidade para a empresa;
- Importância atribuída pelas partes interessadas;
- Legislação e regulamentos nacionais e internacionais;
- Contribuição para a estratégia e valores da organização.

Para o desenvolvimento do presente relatório, incluindo a aferição dos temas relevantes a reportar, foi constituído um grupo de trabalho pluridisciplinar que congrega colaboradores de diferentes áreas funcionais da empresa, tendo como objectivo a criação de uma visão integrada das questões referidas anteriormente.

A relevância da informação para as partes interessadas foi igualmente a base para o desenho da estrutura do relatório, tendo-se recorrido à análise de questionários dirigidos a algumas das partes interessadas identificadas, nomeadamente Diagnóstico da Satisfação dos Clientes para clientes e Avaliação do Clima Organizacional para os trabalhadores da empresa.

Para a auscultação das partes interessadas foi utilizado o relacionamento de proximidade existente com parte destas entidades, facilitado pelas características da actividade da empresa.

Deste processo resultou a avaliação da relevância dos vários temas de sustentabilidade, destacando-se a qualidade da prestação do serviço de primeira venda de pescado, o apoio ao cliente, a política de recursos humanos da empresa, a protecção dos recursos naturais e da biodiversidade, bem como o valor económico directo gerado e distribuído e o desenvolvimento e impactos para a comunidade.

O resultado da avaliação da relevância encontra-se expressa na figura seguinte.

## RELEVÂNCIA DOS TEMAS DE SUSTENTABILIDADE



### TEMAS MUITO RELEVANTES

- Qualidade do serviço de primeira venda de pescado
- Política de Recursos Humanos
- Apoio ao cliente
- Protecção dos recursos naturais e biodiversidade
- Desenvolvimento e impactos de investimentos para a comunidade
- Valor económico directo gerado e distribuído



### TEMAS RELEVANTES

- Impactes ambientais significativos decorrentes da actividade
- Gestão de Resíduos
- Formação e educação
- Comunicação e envolvimento com as partes interessadas
- Controlo Hígio-sanitário



### TEMAS NÃO RELEVANTES

- Fornecedores locais
- Composição do Conselho de Administração
- Práticas de investimentos e compras relativas aos direitos humanos
- Emissões indirectas de gases efeito estufa

### 3. DESEMPENHO DE SUSTENTABILIDADE

*A avaliação do Desempenho de Sustentabilidade da empresa permitiu definir o seu posicionamento relativamente à Sustentabilidade, nomeadamente através da identificação clara dos principais impactos económicos, sociais e ambientais e dos riscos e oportunidades das suas actividades.*

*Neste contexto, a presente avaliação permitiu a identificação de áreas de melhoria de gestão e o estabelecimento de objectivos económicos, sociais e ambientais de uma forma mais concertada.*



### 3.1 DESEMPENHO AMBIENTAL

No que concerne ao Ambiente, a Docapesca posicionou-se sempre no sentido de compatibilizar as exigências próprias da sua actividade com o máximo respeito pelo Ambiente.

Este posicionamento decorre não só da consciência do cumprimento das suas responsabilidades ambientais, como também da estrita ligação que tem com o Ambiente, em particular com o Ambiente Marítimo, decorrente das características da sua actividade e da localização das suas infra-estruturas.

A percepção da sua influência nas comunidades onde se encontra inserida, tanto do ponto de vista social, como económico e ambiental, resulta num acréscimo das responsabilidades da empresa perante o seu meio envolvente, considerando que pode contribuir positivamente para um sector das pescas mais sustentável.

Actualmente, a empresa encontra-se numa fase inicial da implementação de um Sistema de Gestão Ambiental, o que irá permitir um conhecimento mais aprofundado dos aspectos ambientais significativos decorrentes do normal funcionamento da sua actividade. Este sistema permitirá uma gestão mais eficiente, nomeadamente através da adopção de procedimentos técnicos e operacionais.

Nesta matéria a empresa tem manifestado especial preocupação no que respeita aos seus impactes ambientais significativos, nomeadamente com a implementação de práticas ambientais ao nível da gestão de resíduos, efluentes líquidos, encontrando-se em análise alguns projectos para a redução dos consumos energéticos e emissões de poluentes.

A Política Ambiental da Docapesca, definida em 2010, tem norteado a implementação de práticas rigorosas de minimização de impactes ambientais e de monitorização dos consumos, de matérias-primas e dos resíduos produzidos.

### 3.1.1 O AMBIENTE E A DOCAPESCA

Associado ao exercício da sua actividade, fundamentalmente os serviços da primeira venda de pescado, produção de gelo e serviços administrativos, a Docapesca conta como principais consumos os de água e de energia.

#### CONSUMOS DE ÁGUA E ENERGIA

Os consumos mais elevados encontram-se associados às Delegações com maiores dimensões, com mais infra-estruturas e, conseqüentemente, com maior capacidade de produção de gelo e prestação da primeira venda de pescado.

Dada a alteração de localização das instalações da Sede da empresa, não foi possível com os dados disponíveis efectuar uma estimativa credível dos seus consumos.

#### Consumos de água em m<sup>3</sup> (2008-2010)

	2008	2009	2010
Docapesca	262624	230713	237989
Delegação Norte	4453	4625	5638
Delegação de Matosinhos	77659	72687	72650
Delegação Centro Norte	18192	14440	33707
Delegação Centro	27296	27237	17370
Delegação Centro Sul	26713	28954	13423
Delegação de Sines	79523	52348	63695
Delegação Sul	28789	30422	31506

Os dados apresentados são referentes a todas as infra-estruturas e decorrem da totalidade das actividades da empresa.

Relativamente aos consumos de água verificamos que a empresa, no seu global, reduziu o consumo em 2009 e 2010 relativamente ao ano de 2008. No entanto, no ano de 2010 este consumo registou um pequeno acréscimo, muito devido aos aumentos registados nas Delegações Norte, Centro Norte e Sul.

O consumo global de energia da empresa tendo vindo a aumentar entre o ano de 2008 a 2010, ainda que este aumento seja pouco significativo.

### Consumos de electricidade em GJ (2008-2010)

	2008	2009	2010
<b>Docapesca</b>	41270	41305	41808
Delegação Norte	1006	1245	1474
Delegação de Matosinhos	20617	19933	20524
Delegação Centro Norte	3955	4172	4319
Delegação Centro	6117	5788	5580
Delegação Centro Sul	1977	1437	1310
Delegação de Sines	3278	3300	3758
Delegação Sul	4319	5430	4843

O registo destes aumentos de consumos, tanto ao nível da energia como ao nível da água, estão relacionadas com alterações na parte produtiva da empresa.



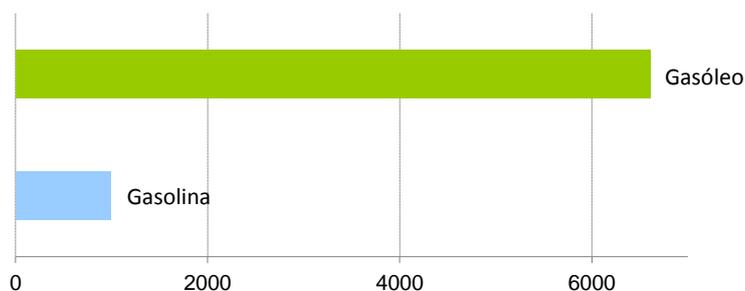
## CONSUMOS DE COMBUSTÍVEL

Os consumos de combustíveis estão associados, fundamentalmente, à frota automóvel da empresa, verificando-se que os maiores consumos se dão na Sede da empresa.

Este facto é justificado, maioritariamente, pelas deslocações em serviço às Delegações dos técnicos afectos à Sede da empresa.

Ao nível das delegações estes consumos estão igualmente associados não só à frota automóvel de cada Delegação, como também a outro tipo de máquinas e equipamentos, como geradores, tractores e máquinas de alta pressão.

### Consumo de Combustíveis (GJ) 2008 a 2010



O combustível mais utilizado pela empresa é o gasóleo, sendo que, neste âmbito, à medida que exista a necessidade de renovação da frota automóvel, a opção será por veículos menos poluentes.

### Consumos de combustíveis em GJ (2008-2010)

	2008	2009	2010
<b>Docapesca</b>	2688	2447	2515
Serviços Centrais - Sede	1270	1154	1125
Delegação Norte	92	123	116
Delegação de Matosinhos	95	104	64
Delegação Centro Norte	166	173	115
Delegação Centro	251	176	168
Delegação Centro Sul	91	86	145
Delegação de Sines	103	74	114
Delegação Sul	621	557	669

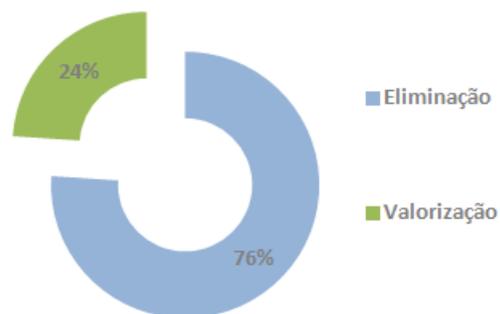
## GESTÃO DE RESÍDUOS

No cômputo geral, os resíduos produzidos pela Docapesca são equiparáveis a resíduos sólidos urbanos, caracterizados fundamentalmente pela produção de papel, consumíveis informáticos, lâmpadas e caixas plásticas de pescado.

São excepção as Delegações onde a empresa efectua a gestão do Porto de Pesca, Delegação de Matosinhos, Delegação Centro Sul – Sesimbra - e Delegação de Sines, ou de parte dos resíduos aí produzidos, Delegação Centro Norte – Aveiro. Nestes casos, os resíduos têm características de resíduos industriais, entre os quais temos óleos de motores, redes de pesca, paletes de madeira, plásticos, etc..

Avaliando o encaminhamento dos resíduos, no total da empresa, verificamos que a maioria é encaminhada para eliminação, sendo que a outra parte segue para valorização.

Com a implementação do seu Sistema de Gestão Ambiental, a empresa aposta na melhoria, entre outros aspectos, da Gestão de Resíduos, privilegiando a sua valorização.



Para o exercício da actividade de primeira venda de pescado, a Docapesca desenvolveu um molde de caixas de plástico para o seu acondicionamento, com características ergonómicas e adequadas à área alimentar.

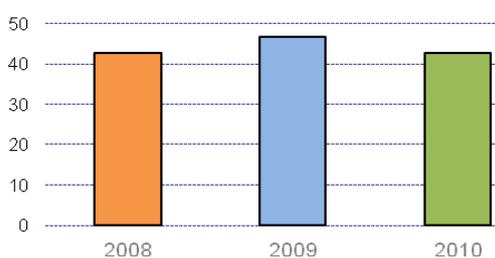
Do desgaste destas caixas plásticas, resultam os resíduos de plástico, constituindo uma das

tipologias mais significativas de resíduos decorrentes da actividade da empresa.

O encaminhamento destes resíduos é, desde de há muito, uma preocupação da empresa, sendo que os mesmos são encaminhados para empresas recicladoras devidamente licenciadas.

### RESÍDUOS DE PLÁSTICO EM NÚMEROS

Resíduos de plástico (t) 2008-2010



### 3.1.2 DESEMPENHO ECONÓMICO

Decorrente das obrigações legais de reporte financeiro, o desempenho económico da Docapesca, bem como as certificações efectuadas pelos auditores acreditados e pelo Revisor Oficial de Contas, já se encontram sobejamente divulgados no Relatório e Contas 2010 da empresa, publicado no seu sítio da internet.

Assim, é nosso objectivo neste relatório, no que respeita ao desempenho económico, abordar as questões que têm impacto na sustentabilidade dos sistemas económicos em que a empresa está inserida, bem como, as questões consideradas de relevância na análise efectuada anteriormente.

É preocupação da Docapesca ser uma empresa financeiramente viável. No entanto, também é preocupação da empresa que essa viabilidade não seja conseguida à custa de impactos negativos numa ou mais partes interessadas.

Neste contexto, identificámos como mais relevantes, para incluir num relatório de nível C, os seguintes indicadores:

- a) **Desempenho Económico propriamente dito:** *Valor económico gerado distribuído, Implicações financeiras das alterações climáticas, Apoio Financeiro recebido do Governo;*
  
- b) **Impactos Económicos Indirectos:** *Investimento em infra-estruturas visando benefício público.*

Existe ainda o grupo dos indicadores que dizem respeito à **Presença no Mercado**, mas não foram considerados relevantes para a nossa análise.

		Valor em €
<b>A. Valor Económico Gerado</b>		<b>27.104.600,23</b>
a) Receitas	Receitas totais	27.104.600,23
<b>B. Valor Económica distribuído</b>		<b>22.095.009,16</b>
b) Custos operacionais	Conta 61+62	9.615.539,52
c) Salários e benefícios	Conta 63	11.220.331,60
d) Pagamentos capital	Dividendos e juros pagos a instituições financeiras	276.302,39
e) Pagamentos ao estado	Impostos e multas	163.344,65
f) Investimentos na comunidade	Doações voluntárias, investimentos em infra-estruturas	819.491,00
<b>1. Valor Económico Acumulado (1. = A - B)</b>		<b>5.009.591,07</b>
<b>2. Implicações Financeiras das Alterações Climáticas</b>		A empresa não dispõe de dados para analisar estes impactos
<b>3. Apoio Financeiro Recebido do Governo</b>		<b>0,00</b>
<b>4. Desenvolvimento e Impacto de Investimentos em Infra-estruturas e serviços oferecidos, principalmente para benefício público</b>		<b>819.491,00</b>

Estes indicadores reflectem a viabilidade económica da Docapesca enquanto empresa, garantindo assim a sua sustentabilidade do ponto de vista puramente financeiro.

No entanto, observa-se também que a empresa não descarta as suas obrigações sociais e ambientais, uma vez que tem como preocupação efectuar investimentos que visem melhorar a sua prestação de serviço, assegurando todas as condições necessárias à transacção de pescado nas melhores condições.

Ao efectuar estes investimentos, a empresa visa beneficiar o público em geral garantindo que a transacção se efectua com a garantia da qualidade e segurança alimentar, ao mesmo tempo que promove a montante e a jusante uma maior consciencialização da necessidade de assegurar essas mesmas condições.



## 3.2 DESEMPENHO SOCIAL

A estratégia de reorientação da Docapesca, centrada numa prestação de serviços cada vez mais exigente, requer quadros e demais trabalhadores com maior propensão para a mudança, com maior autonomia no desempenho e com maior apetência para inclusão de novas tecnologias.

Relembre-se que o capital humano da empresa tinha tradicionalmente uma idade média alta e baixa escolaridade, o que se compreende dado o sector de actividade em que se enquadra e o histórico da empresa.

Todavia, no quadro da política de optimização dos recursos humanos que tem vindo a ser implementada, foi possível reduzir os efectivos, durante o ano em análise, em treze trabalhadores, passando o efectivo total da empresa de quatrocentos e oitenta e sete (487) trabalhadores em 31/12/2009, para quatrocentos e setenta e quatro (474) trabalhadores em 31/12/2010.

O saldo acumulado encontra-se distribuído de acordo com o expresso na seguinte tabela.

QUADRO DE PESSOAL	Anos		Variação	
	2009	2010	N.º	%
<b>N.º TRABALHADORES</b>	<b>487</b>	<b>474</b>	<b>-13</b>	<b>-3%</b>
<b>ENTRADAS:</b>				
Readmissões	0	0	0	--
Admissões (Com Termo)	7	11	4	57%
Admissões (Efectivos)	11	9	-2	-18%
Requisitados	0	0	0	
<b>Total Entradas</b>	<b>18</b>	<b>20</b>	<b>2</b>	<b>0%</b>
<b>SAÍDAS:</b>				
Rescisões Mútuo Acordo	14	12	-2	-14%
Reformas Velhice	15	7	-8	-53%
Reformas Invalidez	1	1	0	0%
Rescisões por Iniciativa Própria	2	1	-1	-50%
Despedimentos Justa Causa	1	1	0	0%
Falecimentos	2	1	-1	-50%
Rescisões Contratos a Termo	5	10	5	100%
Requisitados	0	0	0	
<b>TOTAL DE SAÍDAS:</b>	<b>40</b>	<b>33</b>	<b>-7</b>	<b>-18%</b>

Deu-se, ainda assim, apesar da redução de cerca de 3% do total de saídas de 2010, comparativamente a 2009, continuidade à política de redução/racionalização do quadro de pessoal, sendo o decréscimo verificado, consequência da promoção de saídas naturais (oito reformas) e doze rescisões de contratos de trabalho por mútuo acordo.

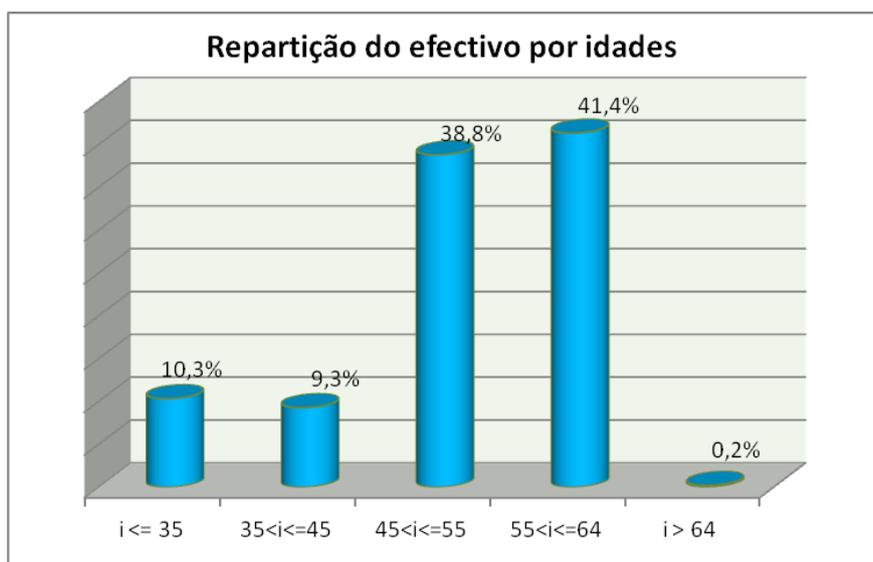
Em 31 de Dezembro de 2010, o número de trabalhadores efectivos e contratados a termo totalizava quatrocentos e setenta e quatro (474), dos quais três (3) são contratados a termo e quatrocentos e setenta e um (471) são efectivos.

Durante o ano, nomeadamente nos picos da actividade das lotas, coincidente com o grande período de férias dos trabalhadores, nomeadamente operacionais, admitiram-se trabalhadores temporários não permitindo a empresa qualquer discriminação a nível da atribuição de funções operacionais.

Por outro lado, à medida que os trabalhadores se reformam, as novas contratações recaem sobre capital humano adaptado aos novos desafios da empresa, o que se reflecte na contratação de um maior número de licenciados.

O quadro de pessoal da Docapesca tem vindo nos últimos anos a ser alterado, no entanto, a média de idades dos trabalhadores do seu quadro ainda é elevada.

## ESCALÕES ETÁRIOS

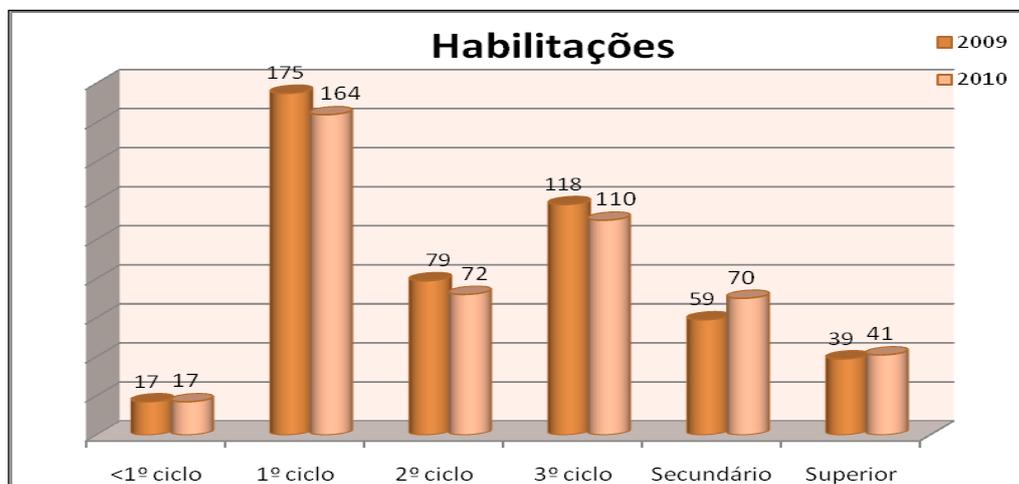


Constata-se através do gráfico supra, o escalão dos 55 aos 64 anos de idade absorve cerca de 41,4% do efectivo global da Docapesca, seguido do escalão dos 45 aos 55 anos com uma representatividade de cerca de 38,8%. Podemos afirmar que cerca de 70% do efectivo global da Docapesca tem pelo menos 50 anos de idade.

Com menos de 35 anos de idade existem 49 trabalhadores, que representam apenas 10,3% do efectivo global.

Perante este quadro não podemos esquecer como era desenvolvida a nível operacional a actividade da empresa e como gradualmente a sua prestação de serviços se tem vindo a modernizar e a exigir ao seu quadro de pessoal não só capacidade física mas também conhecimentos de novas tecnologias.

## HABILITAÇÕES LITERÁRIAS



No que concerne às habilitações académicas, de acordo com os dados mencionados no gráfico supra, podemos constatar que, em termos globais, quando comparados com os dados referentes ao ano anterior, as qualificações dos Trabalhadores que compõem o efectivo da Empresa sofreram alterações pouco significativas.

No entanto, face à redução significativa a que assistimos ao nível do número total de Trabalhadores, as suas habilitações, em termos percentuais, apresentam agora uma ligeira melhoria, quando comparado com o ano anterior. Com efeito, verifica-se que o número de Trabalhadores que possuem, no presente, habilitações iguais ou inferiores ao 1.º Ciclo diminuiu cerca de 6%, comparativamente a 2009, representando agora cerca de 38% do efectivo global.

De igual modo, o número de Funcionários com o Ensino Secundário ou Superior representavam, no final de 2010, cerca de 23,42% do total de Efectivos, contra os 20% do ano transacto, mantendo-se os outros dois níveis, 2.º e 3.º Ciclos, praticamente inalteráveis.

É, ainda, estratégia da empresa permitir em horário laboral dentro ou fora das suas instalações a frequência em acções de formação “Novas Oportunidades – Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) ” de forma a promover e aumentar o nível de habilitações literárias a todos os trabalhadores que manifestem esse interesse. Destas acções resultaram, para 10 trabalhadores, a aquisição de novas habilitações durante o ano 2010.

## MEDICINA, HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

A Docapesca de acordo com a legislação em vigor tem técnicos Superiores devidamente certificados com o Nível V, para acompanhamento no âmbito *Segurança e Higiene no Trabalho* e contratos com empresas externas para a realização do controle e aplicação da *medicina no trabalho*, nomeadamente a empresa GSO – Gabinete de Saúde Ocupacional, Lda, além de outras Clínicas que nos prestam este tipo de serviço ao longo do País.

Os trabalhadores estão igualmente cobertos por seguros de trabalho e de saúde. Refira-se que para uma maior optimização da afectação dos recursos, ambos os seguros se encontram contratados à Rural Seguros (Grupo Caixa de Crédito Agrícola Mútuo).

Durante o ano de 2010 ocorreram *16 acidentes de trabalho* os quais originaram a perda de cerca de 2. 240 Horas de trabalho.

O índice de gravidade, indica-nos o número de dias perdidos, em cada acidente de trabalho, por mil horas trabalhadas. Registou-se que no ano se verificou uma diminuição de 22%. O índice de frequência por seu lado, indica-nos o número de acidentes ocorridos por cada milhão de horas trabalhadas, tendo o mesmo igualmente diminuído cerca de 48% em relação a 2009, de acordo com o *Balanço Social* da empresa.

As ausências de trabalho, por motivo de *doença*, foram de 3.668 dias a que corresponde aproximadamente 25.676 horas não trabalhadas. A *taxa global de absentismo, incluindo acidentes de trabalho, baixas médicas e outras faltas, foi de 4,4%* representando, assim, uma diminuição de cerca de 19% comparativamente ao ano anterior.

No âmbito da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho verifica-se que a taxa de sinistralidade e os índices de frequência e gravidade reduziram-se, tendo como principal causa a realização de um conjunto de acções de formação que visaram, por um lado, sensibilizar os trabalhadores para os perigos a que estão sujeitos nos seus locais de trabalho e, por outro, incentivá-los a adoptar novas atitudes e comportamentos como forma de os eliminar ou minimizar.

## FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Na procura contínua de potenciar a eficácia da Empresa e, conseqüentemente, dos seus Recursos Humanos, a Formação Profissional, quer para o desempenho de cargos, quer para o desenvolvimento pessoal, é o meio ideal para minimizar a diferença entre um estágio actual eventualmente desajustado a um estágio desejado.

Assim, todo e qualquer processo de Desenvolvimento e Crescimento Organizacional está directamente associado à optimização do potencial individual e colectivo disponível nas organizações, no qual a Formação, quando bem gerida, se torna um elemento dinamizador.

Neste âmbito, deu-se seguimento à política de valorização dos Recursos Humanos, através de acções de formação participadas pelos trabalhadores pertencentes ao seu quadro de pessoal, sendo um dos objectivos da Empresa continuar a manter o maior e melhor empenhamento na valorização sócio profissional dos seus trabalhadores.

Nesta sequência foram realizadas, ao longo do ano de 2010, um conjunto de acções de formação que totalizaram 685 participações com um total de 9.852 horas de formação, representando o dobro quer em número de participações quer em horas de formação, comparativamente ao ano anterior.

Nesta conformidade, a actividade crescente que tem sido desenvolvida, quer na formação direccionada para Trabalhadores da área administrativa, quer para Trabalhadores da área de exploração, é a expressão do reconhecimento pela Empresa do papel fundamental que a formação pode ocupar como forma valorizadora dos recursos humanos e do desenvolvimento da organização.



No cômputo das acções de formação, realizadas no ano em análise, alcançaram-se cerca de 104% dos objectivos anuais propostos. Ministraram-se 81 acções de formação, das quais cerca de 44% no âmbito da Higiene e Segurança no trabalho e Segurança Alimentar. O nº de Trabalhadores que frequentaram acções de formação totalizou os 293, dos quais 129 obtiveram mais de 35 horas de formação, dando assim cumprimento ao determinado na legislação em vigor (10% dos trabalhadores), correspondendo a cerca de 27% do quadro de pessoal efectivo.

O custo efectivo das acções realizadas, em 2010 ascendeu a 54.989,61 Euros, acrescido de despesas decorrentes das referidas acções como alojamento, alimentação e deslocações dos respectivos formandos.

## CONDIÇÕES DE TRABALHO

De notar que neste âmbito, para além das normas legais em vigor na legislação laboral nacional que agrega os princípios das Directivas Comunitárias, da Declaração Universal dos Direitos do Homem e da Constituição Portuguesa, o tratamento que vigora com o Acordo de Empresa (AE) é mais favorável do que o instituído na legislação laboral.

Assim, como em anos anteriores, no ano de 2010 vigorou o AE, celebrado em 2009 entre a Docapesca - Portos e Lotas, S.A. e os 2 Sindicatos, para as condições remuneratórias e outras que se aplicam aos trabalhadores do quadro da empresa. Atesta-se que não existe, na tabela salarial da empresa, nenhum salário inferior ao mínimo nacional e que os subsídios de expressão pecuniária são igualmente tipificados e quantificados no AE (*Boletim de Trabalho e Emprego*, n.º 15 de 22/04/2009 – Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social).

## DISPÊNDIO SOCIAL

A Docapesca, Portos e Lotas, S.A. foi durante muitos anos um grande empregador no sector das pescas, cuja área de influência abrange toda a zona litoral do país. Detém, portanto, uma política social que é ainda um factor de grande coesão social, zelando pelo bem-estar dos seus trabalhadores actuais e pelos reformados, e respectivos agregados familiares.

A Empresa assumiu o compromisso de conceder aos trabalhadores prestações pecuniárias, para os seguintes benefício, devidamente caracterizados no Relatório e Contas da empresa:

- Pensões de reforma por velhice ou invalidez;
- Prémio de reforma por velhice ou invalidez;
- Subsídio de morte;
- Pensão de sobrevivência.

O plano de benefícios definidos da Docapesca está dividido em duas partes:

- Havendo um fundo constituído, gerido por uma entidade gestora de fundos de pensões, para a cobertura parcial dos complementos de pensão de reforma por velhice ou invalidez;
- As restantes responsabilidades estão a cargo da própria Empresa.

Além destes benefícios a empresa garante, ainda, algumas prestações complementares como:

- Empréstimos aos trabalhadores por conta das Remunerações (não podendo exceder 10% da remuneração anual do trabalhador);
- Subsídio de estudo a todos os trabalhadores que pretendam aumentar as suas habilitações, desde que seja para o interesse do desempenho da suas tarefas a executar na empresa;
- Complemento de subsídio de doença e de acidentes de trabalho;
- Pagamento dos dias de ausência, até ao limite máximo de 15 dias, ao trabalho por assistência à família, desde que devidamente justificada.

## NÃO DISCRIMINAÇÃO E RESPEITO PELOS DIREITOS HUMANOS

A Docapesca tem como uma das principais regras a não há discriminação quer no acesso ao trabalho quer pelos direitos humanos. Encontram-se, aliás, alguns trabalhadores estrangeiros no seu quadro de pessoal.

Por outro lado existiam trabalhos subcontratados, a que a Docapesca tem de recorrer, para algumas funções durante determinadas épocas do ano. Essas empresas nos termos da lei em vigor, têm que demonstrar que cumprem todas as suas obrigações relativamente à fiscalidade, à segurança social e às normas de segurança dos seus trabalhadores.

Igualmente se exige e determina, sempre que possível, aos responsáveis, que o nível salarial, e regalias sociais, sejam efectivamente praticados de forma a assegurarem os padrões de *trabalho digno da Organização Mundial do Trabalho (OIT)*.

## 4. ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE

*A estratégia de sustentabilidade da Docapesca alia a cultura organizacional e a estratégia de actuação da empresa, com a avaliação dos temas mais relevantes, do ponto de vista da sustentabilidade, para as suas partes interessadas, também designada por avaliação da materialidade.*

*Esta estratégia encontra-se reflectida nos objectivos de sustentabilidade definidos, apresentando-se aqueles considerados mais relevantes, tanto do ponto de vista geral, como por área de actuação.*

*Desta forma, as linhas de orientação definidas para uma Docapesca mais sustentável assentam no estreitamento das relações com as suas partes interessadas e na recolha e registo de informação importante para avaliação do desempenho de sustentabilidade da empresa.*

*Do ponto de vista económico, a aposta recai em investimentos na modernização dos estabelecimentos da empresa, sendo que ao nível ambiental definiram-se como objectivos principais a implementação de um Sistema e Gestão Ambiental e melhoria na Gestão dos Resíduos. Na área social considerou-se importante o investimento na formação dos trabalhadores da empresa e a redução do absentismo.*



ÁREA DE ACTUAÇÃO ECONÓMICA	PRAZO		
	2010	2011	2012 e seguintes
Manutenção do desempenho económico-financeiro de 2009	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Investimento - Apetrechamento Novas Lotas (Quarteira e Albufeira)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Investimento - Apetrechamento Novas Lotas (Vila do Condé, Figueira da Foz e Peniche)	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Investimento - Investimentos em HACCP, Lota, Mercado 2.ª venda e Rampa Varadouro	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Investimento - novo software de 1.ª venda de pescado (130.000 €)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
ÁREA DE ACTUAÇÃO AMBIENTAL	2010	2011	2012 e seguintes
Aumentar o reporte de indicadores ambientais no Relatório de Sustentabilidade incluindo, aspectos Materiais e de Biodiversidade	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Implementação de um Sistema de Gestão Ambiental, visando a gestão dos aspectos ambientais significativos	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Melhorar a gestão de Resíduos	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

ÁREA DE ACTUAÇÃO SOCIAL	2010	2011	2012 e seguintes
Redimensionar o quadro de pessoal	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover a admissão de trabalhadores com habilitações superiores ao 9º ano	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ministrar formação profissional a mais de 10% do quadro de pessoal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover e incentivar a redução da taxa de absentismo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover acções de formação direccionadas para a promoção da Segurança e Saude no Trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ÁREAS GERAIS DE ACTUAÇÃO	2010	2011	2012 e seguintes
<b>PARTES INTERESSADAS</b>			
Maior envolvimento com as principais partes interessadas através de:	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Identificação das principais partes interessadas dentro de cada grupo;	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estabelecimento de novos canais de comunicação, mais ajustados às principais partes interessadas;	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Auscultação das principais partes interessadas sobre quatro áreas fundamentais: performance de sustentabilidade, temas relevantes, reporte de sustentabilidade e envolvimento e comunicação.	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

## 5. SUMÁRIO DO CONTEÚDO DA GRI

REF. DO CONTEÚDO GRI	DESIGNAÇÃO	PÁG./REF.	OBSERVAÇÕES
1.1	Declaração da pessoa com o maior poder de decisão na organização (por ex: o Director-Geral, o Presidente do Conselho de Administração ou cargo de importância equivalente) sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e a sua estratégia.	8	
2.1	Nome da Organização.	2	
2.2	Principais Marcas, Produtos e/ou Serviços.	11	
2.3	Estrutura operacional da organização e principais divisões, operadoras, subsidiárias e joint ventures.	13	
2.4	Localização da Sede Social da Organização.	74	
2.5	Número de países em que a organização opera, assim como os nomes dos países onde se encontram as operações ou que têm uma relevância específica para as questões da sustentabilidade, abrangidas pelo relatório.	11	
2.6	Tipo e Natureza Jurídica da Propriedade.	9	
2.7	Mercados abrangidos (incluindo uma análise geográfica discriminativa, os sectores abrangidos e os tipos de Clientes/beneficiários).	11, 12, 23, 32	
2.8	Dimensão e organização da entidade relatora.	13, 14	
2.9	Principais alterações que tenham ocorrido, durante o período abrangido pelo relatório, referentes à dimensão, à estrutura organizacional ou à estrutura accionista.	24	
2.10	Prémios recebidos durante o período abrangido pelo	24	
3.1	Período abrangido (por ex., ano fiscal/civil) para as informações apresentadas no relatório.	2	
3.2	Data do último relatório publicado (se aplicável).	-	Não Aplicável
3.3	Ciclo de publicação de relatórios (anual, bianual, entre outros).	5	
3.4	Contacto para perguntas referentes ao relatório ou ao seu conteúdo.	74	
3.5	Processo para a definição do conteúdo do relatório.	38	
3.6	Limite do relatório (por ex: países, divisões, subsidiárias, instalações arrendadas, joint ventures, Fornecedores).	5	

REF. DO CONTEÚDO GRI	DESIGNAÇÃO	PÁG./REF.	OBSERVAÇÕES
3.7	Refira quaisquer limitações específicas relativas ao âmbito e ao limite do relatório.	7	
3.8	Base para a elaboração do relatório, no que se refere a joint ventures, subsidiárias, instalações arrendadas, operações atribuídas a serviços externos e outras entidades, passíveis de afectar significativamente a comparação entre diferentes períodos e/ou organizações.	-	Não Aplicável
3.10	Explicação das consequências de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações (como fusões ou aquisições, mudança no período ou ano base, na natureza do negócio, em métodos de medição).	-	Não Aplicável
3.11	Alterações significativas em comparação com anos anteriores no âmbito, limite ou métodos de medição aplicados no relatório.	-	Não Aplicável
3.12	Sumário de Conteúdo da GRI.	62	
4.1	Estrutura de Governação, incluindo comissões subordinadas ao órgão de governação hierarquicamente mais elevado e com responsabilidade por tarefas específicas, tais como a definição da estratégia ou a supervisão da organização.	21	
4.2	Indique se o Presidente do órgão de governação hierarquicamente mais elevado é, simultaneamente, um director executivo (e, nesse caso, quais as suas funções no âmbito da gestão da organização e as razões para esta composição).	21	
4.3	Indique, no caso de organizações com uma estrutura de administração unitária, o n.º de membros do órgão de governação hierarquicamente mais elevado que são independentes e/ou não-executivos.	-	Não Aplicável
4.4	Mecanismos que permitam a accionistas e funcionários transmitirem recomendações ou orientações ao órgão de governação hierarquicamente mais elevado.	21	
4.14	Relação dos grupos que constituem as partes interessadas envolvidas pela organização.	30, 31	
4.15	Base para a identificação e selecção das partes interessadas a serem envolvidas.	28	

REF. DO CONTEÚDO GRI	DESIGNAÇÃO	PÁG./REF.	CRITÉRIOS DE CÁLCULO DOS INDICADORES	OBSERVAÇÕES
<b>INDICADORES DE DESEMPENHO ECONÓMICO</b>				
EC1	Valor económico directo gerado e distribuído incluindo receitas, custos operacionais, compensações a trabalhadores, donativos e outros investimentos na comunidade, rendimentos não distribuídos e pagamentos a investidores e governos.	47	Valor Económico directo gerado = Receitas- (Custos Operacionais+Salários+Pagamentos Capital+Pagamentos ao Estado+Investimentos na Comunidade)	
EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as actividades da organização devido a alterações climáticas.			Dados não disponíveis. A calcular em 2012.
EC3	Cobertura das obrigações decorrentes das regalias, fundos de pensões e plano de reforma definidos pela organização para os seus trabalhadores.	47		Dados não disponíveis. A calcular em 2012.
EC4	Ajuda financeira significativo recebido do Governo.	47	Benefícios financeiros significativos directos ou indirectos que são um incentivo ou compensação por acções empreendidas.	
EC6	Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes.			Não aplicável
EC7	Procedimentos para contratação local e proporção de cargos de gestão de topo ocupado por indivíduos provenientes da comunidade local em unidades operacionais mais importantes.			Não aplicável
EC8	Desenvolvimento e impacto dos investimentos em infra-estruturas e serviços que visam essencialmente o benefício público através de envolvimento comercial, em géneros ou <i>pro bono</i> .	47		

REF. DO CONTEÚDO GRI	DESIGNAÇÃO	PÁG./REF.	CRITÉRIOS DE CÁLCULO DOS INDICADORES	OBSERVAÇÕES
<b>INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL</b>				
EN1	Materiais utilizados, por peso ou por volume.			Dados não disponíveis. A calcular em 2011.
EN2	Percentagem de materiais utilizados que são provenientes de reciclagem.			Dados não disponíveis.
EN3	Consumo directo de energia, discriminado por fonte de energia primária.	43	Os consumos de electricidade foram aferidos de acordo com as facturas emitidas pelos fornecedores de energia. Os consumos de gasolina e gasóleo foram agregados pelo serviço de gestão de frota, de acordo com as facturas existentes.	
EN4	Consumo indirecto de energia, discriminado por fonte primária.			Dados não disponíveis.
EN8	Consumo total de água, por fonte.	42	Para os consumos de água apenas foram contabilizados os consumos de água doce. Estes consumos foram aferidos através das facturas emitidas pelos fornecedores de água dos vários estabelecimentos da Docapesca.	

REF. DO CONTEÚDO GRI	DESIGNAÇÃO	PÁG./REF.	CRITÉRIOS DE CÁLCULO DOS INDICADORES	OBSERVAÇÕES
<b>INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL</b>				
EN11	Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zonas protegidas, organização, no interior de zonas protegidas, ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas.		Identificação das áreas protegidas, reguladas pelo DL n.º 142/2008, de 24 de Julho, onde a empresa tem concessões.	Áreas protegidas identificadas: Litoral Norte, Arrábida, Estuário do Sado, Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e Ria Formosa.
EN12	Descrição dos impactos significativos de actividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade das áreas protegidas e sobre as áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.			Os principais impactes significativos resultantes das actividades desenvolvidas pela empresa prendem-se com os resíduos, efluentes líquidos e ruído, sendo que os mais significativos sobre a biodiversidade são os efluentes líquidos.
EN16	Emissões totais directas e indirectas de gases com efeito de estufa, por peso.	44		As emissões directas de gases com efeito estufa prendem-se, fundamentalmente, com a frota automóvel da empresa, não tendo uma significância elevada.
EN17	Outras emissões indirectas relevantes de gases com efeito de estufa, por peso.			Outras emissões indirectas de gases com efeito estufa contemplam, principalmente, as associadas ao transporte de resíduos e de outras mercadorias adquiridas a entidades externas e aos trabalhadores - viaturas próprias não pertencentes à frota automóvel.

REF. DO CONTEÚDO GRI	DESIGNAÇÃO	PÁG./REF.	CRITÉRIOS DE CÁLCULO DOS INDICADORES	OBSERVAÇÕES
<b>INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL</b>				
EN19	Emissão de substâncias destruidoras da camada de ozono, por peso.			A existência de substâncias que empobrecem a camada do ozono está limitada ao interior dos equipamentos de refrigeração. A Docapesca procedeu à identificação e quantificação destas substâncias, tendo sido possível verificar que nenhum dos seus equipamentos de refrigeração é possuidor de gás para o qual, de acordo com a legislação, seja obrigatória a sua imediata substituição. A empresa definiu um plano para a sua substituição, garantindo que se realizam por técnicos devidamente certificados para o efeito e que o gás retirado seja encaminhado para destino adequado.
EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e por peso.			Não aplicável.
EN21	Descarga total de água, por qualidade e destino.			Dados não disponíveis.

REF. DO CONTEÚDO GRI	DESIGNAÇÃO	PÁG./REF.	CRITÉRIOS DE CÁLCULO DOS INDICADORES	OBSERVAÇÕES
<b>INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL</b>				
EN22	Quantidade total de resíduos, por tipo e método de eliminação.	45	As quantidades de resíduos produzidos nos vários estabelecimentos da empresa tiveram por base as Guias de Acompanhamento de Resíduos, para os Resíduos Industriais, e para os Resíduos Sólidos Urbanos e equiparáveis efectuou-se uma estimativa de produção, tendo por base o n.º de recolhas x volume dos contentores.	
EN23	Número e volume total de derrames significativos.			Não aplicável. Não se conhece de qualquer derrame significativo. Associados à actividade existe uma pequena probabilidade de ocorrência.
EN26	Iniciativas para mitigar os impactes ambientais de produtos e serviços e grau de redução do impacte.			Dados não disponíveis.
EN27	Percentagem recuperada de produtos vendidos e respectivas embalagens, por categoria.			Dados não disponíveis.
EN28	Montantes envolvidos no pagamento de coimas significativas e o número total de sanções não monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais.			Não aplicável.

REF. DO CONTEÚDO GRI	DESIGNAÇÃO	PÁG./REF.	CRITÉRIOS DE CÁLCULO DOS INDICADORES	OBSERVAÇÕES
<b>INDICADORES DE DESEMPENHO SOCIAL</b>				
<b>Práticas Laborais e Trabalho Condigno</b>				
LA1	Discriminação da mão de obra total, por tipo de emprego, por contrato de trabalho e por regalias.	51		
LA2	N.º total de trabalhadores e respectiva taxa de rotatividade, por faixa etária, género e região.	50, 51		
LA4	Percentagem de trabalhadores c/ acordo contratação colectiva	56		
LA5	Prazos mínimos de notificação prévia em relação a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento é mencionado nos acordos de contratação colectiva.			Na salvaguarda dos direitos dos trabalhadores, o Acordo da Empresa define os trâmites relativos a transferências de trabalhadores para outros locais de trabalho e alteração das funções associadas à sua categoria profissional.
LA7	Taxa de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados com o trabalho, por região.	54		O número de acidentes de trabalho corresponde ao número de acidentes participados.
LA8	Programas em curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de risco, em curso, para garantir assistência aos trabalhadores, às suas famílias ou aos membros da comunidade afectados por doenças graves.	55		

REF. DO CONTEÚDO GRI	DESIGNAÇÃO	PÁG./REF.	CRITÉRIOS DE CÁLCULO DOS INDICADORES	OBSERVAÇÕES
<b>Práticas Laborais e Trabalho Condigno</b>				
LA10	Média horas formação por ano, por trabalhador, discriminadas por categoria de funções.	55, 56		
LA13	Composição dos Órgãos Sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria, de acordo com o género, a faixa etária, as minorias e outros indicadores de diversidade.	51		
LA14	Discriminação do rácio do salário base entre homens e mulheres, por categoria de funções.	58		Não existe discriminação salarial entre sexos.
<b>Sociedade</b>				
SO1	Natureza, âmbito e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir ao impactos das operações nas comunidades, incluindo no momento da sua instalação, durante a operação e no momento da sua retirada.			Dados não disponíveis. A calcular em 2011.
SO2	Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de risco de corrupção			Dados não disponíveis. A calcular em 2011.
SO3	Percentagem de trabalhadores que tenham efectuado formação nas políticas e práticas anti-corrupção da organização.			No ano de 2010 não foi ministrada formação sobre políticas e práticas anti-corrupção, prevendo-se que as mesmas se realizem no decorrer de 2012.
SO4	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.			Não existiram no ano de 2010 medidas anti-corrupção.

REF. DO CONTEÚDO GRI	DESIGNAÇÃO	PÁG./REF.	CRITÉRIOS DE CÁLCULO DOS INDICADORES	OBSERVAÇÕES
<b>Sociedade</b>				
SO5	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas em grupos de pressão.			Dados não disponíveis. A calcular em 2011.
SO8	Montante das coimas significativas e número total de sanções não monetárias por incumprimento de leis e regulamentos ambientais.			Não aplicável.
<b>Direitos Humanos</b>				
HR1	Percentagem e número total de contratos de investimento significativos que incluam cláusulas referentes aos direitos humanos ou que foram submetidos a análise referentes aos direitos humanos.			Dados não disponíveis.
HR2	Percentagem dos principais fornecedores e empresas contratadas que foram submetidos a avaliações relativas a direitos humanos e medidas tomadas.			Dados não disponíveis.
HR4	Número total de casos de discriminação e medidas tomadas.			Não aplicável. Não se registaram casos de discriminação.
HR5	Casos em que exista risco significativo de impedimento ao livre exercício da liberdade de associação e realização de acordos de contratação colectiva, e medidas que contribuam para a sua eliminação.			Não aplicável. Direito consagrado no Acordo da Empresa.

REF. DO CONTEÚDO GRI	DESIGNAÇÃO	PÁG./REF.	CRITÉRIOS DE CÁLCULO DOS INDICADORES	OBSERVAÇÕES
<b>Direitos Humanos</b>				
HR6	Casos em que exista risco significativo de ocorrência de trabalho infantil, e medidas que contribuam para a sua eliminação.			Não se registaram casos de trabalho infantil na empresa, passando a contratação do quadro de pessoal da empresa pela Direcção de Apoio Jurídico e de Recursos Humanos, que assegura este e outros aspectos.
HR7	Casos em que exista risco significativo de ocorrência de trabalho forçado e escravo, e medidas que contribuam para a sua eliminação.			Não se verificou a ocorrência de trabalho forçado e escravo, possuindo a empresa mecanismos para a denúncia da sua ocorrência.
<b>Responsabilidade pelo Produto</b>				
PR1	Indique os ciclos de vida dos produtos e serviços em que os impactos na saúde e na segurança são avaliados visando a sua melhoria, bem como a percentagem das principais categorias de produtos e serviços sujeitos a tais procedimentos.			Dados não trabalhados. A incluir em 2011.
PR3	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por regulamentos e a percentagem de produtos e serviços significativos sujeitos a tais requisitos.			Dados não trabalhados. A incluir em 2011.

REF. DO CONTEÚDO GRI	DESIGNAÇÃO	PÁG./REF.	CRITÉRIOS DE CÁLCULO DOS INDICADORES	OBSERVAÇÕES
<b>Responsabilidade pelo Produto</b>				
PR6	Programas de observância das leis, normas e códigos voluntários relacionados com comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.			Dados não disponíveis.
PR9	Montante das coimas significativas por incumprimento de leis e regulamentos relacionados com o fornecimento e utilização de produtos e serviços.			Não aplicável.



# RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

## 2010

*Para esclarecimentos adicionais ou envio de sugestões agradecemos que utilize os seguintes contactos:*

***Docapesca - Portos e Lotas S.A.***

***Sede Social***

*Av. Brasília – Pedrouços*

*1400-034 Lisboa*

*T: 213 936 100 F: 213 936 101*

*Email: [area.sustentabilidade@docapesca.pt](mailto:area.sustentabilidade@docapesca.pt)*